



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

MICHELE SALETE REIS

**Educação Patrimonial: História,  
Patrimônio Cultural e os Lugares de  
Memória do município de Barra do  
Garças – MT**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT  
Maio / 2021





**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

MICHELE SALETE REIS

**Educação Patrimonial: História,  
Patrimônio Cultural e os Lugares de  
Memória do município de Barra do  
Garças – MT**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – núcleo Universidade Federal de Mato Grosso – como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Orientador(a): Profa. Dra. Nleide Souza Dourado

CUIABÁ-MT  
2021

R375e Reis, Michele Salete.

Educação Patrimonial: História, Patrimônio Cultural e os Lugares de Memória do município de Barra do Garças – MT / Michele Salete Reis. -- 2021  
123 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Nileide Souza Dourado.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2021.  
Inclui bibliografia.

1. Ensino de História. Educação Patrimonial. Memória. Identidade.. I. Título.

## TERMO DE APROVAÇÃO

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Nileide Souza Dourado (Orientadora)  
Universidade Federal de Mato Grosso– UFMT

---

Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro (Avaliador Interno)  
Universidade Federal de Mato Grosso– UFMT

---

Profa. Dra. Elizabeth Madureira Siqueira (Avaliador Externo)  
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT

---

Prof. Dr. Osvaldo Rodrigues Junior (Suplente)  
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**  
**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO:** EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: HISTÓRIA, PATRIMONIO CULTURAL E OS LUGARES DE MEMÓRIA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS –MT.

**AUTOR (A):** MESTRANDO (A) **MICHELE SALETE REIS**

Dissertação defendida e aprovada em 24 de **Junho** de 2021

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

**1. PROFA. DRA. NILEIDE SOUZA DOURADO (ORIENTADORA/PRESIDENTE DA BANCA)**

**INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**

**2. PROFA. DRA. ELIZABETH MADUREIRA SIQUEIRA (AVALIADORA EXTERNA)**

**INSTITUIÇÃO: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO**

**3. PROF. DR. RENILSON ROSA RIBEIRO (AVALIADOR INTERNO)**

**INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**

**4. PROF. DR. OSVALDO RODRIGUES JUNIOR (SUPLENTE)**

**INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**

**CUIABÁ, 24/06/2021.**



Documento assinado eletronicamente por **OSVALDO RODRIGUES JUNIOR**, Coordenador(a) do **Mestrado Profissional em História - IGHD/UFMT**, em 28/06/2021, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENILSON ROSA RIBEIRO**, Docente da **Universidade Federal de Mato Grosso**, em 28/06/2021, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NILEIDE SOUZA DOURADO**, Coordenador(a) do Mestrado Profissional em História - IGHD/UFMT, em 28/06/2021, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Madureira Siqueira**, Usuário Externo, em 08/07/2021, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3659613** e o código CRC **B5A7D562**.

---

## RESUMO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – vinculado à Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT), Campus de Cuiabá, a partir da linha de pesquisa *Saberes Históricos em diferentes espaços de Memória*. Este trabalho teve como objetivo possibilitar experiências mais dinâmicas e enriquecedoras no processo de ensino-aprendizagem a partir da Educação Patrimonial, por meio de materiais didáticos-pedagógicos produzidos para professores da Educação Básica. Adotou-se a pesquisa aplicada, objetivando explorar historicamente a cidade de Barra do Garças-MT, a partir da pesquisa quanti-qualitativa, por meio de questionários semiestruturado, a fim de verificar as percepções que professores(as) e estudantes têm acerca do patrimônio cultural e da história do município. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica a partir de autores que escreveram sobre a história da cidade de Barra do Garças e a pesquisa de campo, que permitiu conhecer alguns documentos que serviram de base para a escrita da história do município, como jornais, decretos, depoimentos, fotografias, entre outros. O estudo teórico sobre o Ensino de História, a Educação Patrimonial e os lugares de memória, pautaram-se em documentos produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) e Base Nacional Comum Curricular (2017) e em autores como Barca, Rezende e Schmidt (2010), Rüsen (2009); Bittencourt (2009), Le Goff (2013), Nora (2012), entre outros. Elaboraram-se dois produtos que integram esse trabalho de dissertação, as *Oficinas Pedagógicas e o Guia Didático-histórico para o(a) professor(a)*, com o objetivo de auxiliar os professores de História da Educação Básica a trabalhar com a temática Educação Patrimonial e, ao mesmo tempo, provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural, a fim de contribuir para a compreensão da realidade dos estudantes e para o reconhecimento de sua própria identidade.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Educação Patrimonial. Memória. Identidade

## ABSTRACT

Dissertation presented to the Professional Master's Program in History Teaching - ProffHistória - linked to the Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá Campus, from the research line *Saberes Históricos em diferentes espaços de Memória*. This work aimed to enable more dynamic and enriching experiences in the teach-learning process from the Heritage Education, by didactic-pedagogical materials producing to basic education teachers. Applied research was adopted aiming to explore historically the Barra do Garças-MT city, from the quantitative-qualitative research, by the semi-structured questionnaire, in order to verify the perceptions that the teachers and the students have about the cultural heritage and the city's history. The bibliographic research was used from authors who wrote about Barra do Garças' history and the field research allowed to know about some documents that helped to write the city's history, like journals, decess, testimonies, photographies. The theoretic study about the History Teaching, the Heritage Education and the memory places, were guided by documents produced by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), the Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) and the Base Nacional Comum Curricular (2017) and in authors like Barca, Rezende and Schmidt (2010), Rügen (2009); Bittencourt (2009), Le Goff (2013), Nora (2012), and others. Two products were elaborated which integrate this dissertation work, the *Oficinas Pedagógicas* and the *Guia Didático-histórico para o(a) professor(a)*, in order to help the Basic Education history teachers to work with the Heritage Education theme and, at the same time, to stimulate learning situations about the heritage process, in a attempt to contribute to the understanding of the reality of the students and the recognition of your own identity.

**Keywords:** History Teaching. Heritage Education. Memory. Identity.



## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha família, por todo apoio, carinho e compreensão nos momentos em que estive ausente, principalmente, aos meus pais, Evonor Reis e Terezinha Antunes Reis, que sempre foram os alicerces de tudo o que construí na minha vida. Faltam palavras para expressar o quanto sou grata a eles por tudo.

Agradeço aos idealizadores e coordenadores do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória por promoverem um Programa de Mestrado direcionado aos professores da Educação Básica e, com isso, aproximar a pesquisa acadêmica da Educação Básica.

Agradeço aos professores do Programa de Mestrado ProfHistória, Nleide Souza Dourado, Beatriz S. Oliveira, Bruno Pinheiro Rodrigues, Edvaldo Correa Sotana, Ernesto Cerveira de Sena e Renilson Rosa Ribeiro pela dedicação, por compartilharem seus conhecimentos e experiências comigo e me possibilitarem momentos de reflexão e discussão sobre diversos temas relacionados às disciplinas que ministraram, relacionando sempre a pesquisa e o Ensino de História; também por não medirem esforços para promover palestras e outros eventos com especialistas para aprofundar temas específicos.

Agradeço à professora Ana Maria Marques, que esteve à frente da coordenação do Programa de Mestrado ProfHistória durante o ano de 2019, por coordenar as atividades do Programa de Mestrado, sempre prestativa para esclarecer dúvidas ou fornecer qualquer documentação solicitada, e por compartilhar seus conhecimentos, experiências e me orientar na construção do projeto de pesquisa. Também sou grata por me acolher com muito carinho em sua casa durante um ano em que estive toda semana participando das aulas presenciais no município de Cuiabá.

Em especial, agradeço também a minha orientadora professora Nleide Souza Dourado, que sempre esteve presente me orientando em todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa, pela sua dedicação, auxílio, conhecimentos e experiência compartilhados, por sua sabedoria ao me direcionar nos momentos em que me desviei do caminho.

Não posso deixar de agradecer também aos professores que estiveram presentes na minha banca de qualificação, Renilson Rosa Ribeiro e Elizabeth Madureira Siqueira,

o que eles pontuaram e as contribuições foram fundamentais para o direcionamento do trabalho.

Não poderia deixar de agradecer também aos meus colegas de turma do Programa de Mestrado por compartilharem conhecimentos, experiências, vivências e, juntamente, com os professores e convidados, possibilitarem momentos de reflexão e discussão que foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e intelectual. Em especial, agradeço à Sandra e à Adriana por todo apoio, cuidado, carinho e amizade, por todos os momentos inesquecíveis de angústias e alegria compartilhados. Agradeço por ter vivido tudo isso e pelas pessoas que fizeram parte de cada momento.

Agradeço ainda aos meus diretores, coordenadores e colegas de trabalho, que sempre me incentivaram e não mediram esforços para me ajudar a conciliar o mestrado com as atividades nas instituições de ensino em que trabalho, muitas vezes compreendendo e tolerando minhas ausências.

Por fim, agradeço aos meus amigos que sempre me incentivaram com palavras de apoio, as quais foram fundamentais em momentos de angústias e incertezas, principalmente diante do cansaço das viagens de todas as semanas até Cuiabá.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Vista aérea da cidade de Barra do Garças – MT .....	22
<b>Figura 2</b> - Pinturas rupestres do Abrigo Moreti .....	25
<b>Figura 3</b> - Vista aérea da localização da Gruta dos Pezinhos .....	25
<b>Figura 4</b> - Imagem interna da Gruta dos Pezinhos .....	26
<b>Figura 5</b> - Vista aérea da localização da TI de São Marcos e da TI Meruri .....	28
<b>Figura 6</b> - Principais fluxos migratórios em Barra do Gaças até 1970 .....	35
<b>Figura 7</b> - Praça Sebastião Alves Júnior, Shopping Serra Azul e Supermercado Mendonça.....	37
<b>Figura 8</b> - Vista aérea do Porto do Baé.....	56
<b>Figura 9</b> - Praça dos Garimpeiros, 2003 .....	59
<b>Figura 10</b> - Praça dos Garimpeiros, 2015 .....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AMPUP</b>	Associação Mato-grossense de Pesquisas Ufológicas e Psíquicas
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>DRC-MT</b>	Documento de Referência Curricular para Mato Grosso
<b>FBC</b>	Fundação Brasil Central
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>MT</b>	Mato Grosso
<b>PUC</b>	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
<b>SUDECO</b>	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
<b>TI</b>	Terra Indígena
<b>UFMT</b>	Universidade Federal de Mato Grosso

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZANDO O LOCAL DE PESQUISA: BARRA DO GARÇAS.....</b>	<b>22</b>
1.1 RECORDANDO ASPECTOS HISTÓRICOS DA ANCESTRALIDADE BARRA- GARCENSE.....	23
1.2 UM OLHAR SOBRE OS POVOS INDÍGENAS, HABITANTES DO ENTORNO DA CIDADE DE BARRA DO GARÇAS - MT .....	27
1.3 A ARTE DE CONTAR A CHEGADA DOS MIGRANTES EM BARRA DO GARÇAS – MT: ENTRE NORDESTINOS, NORTISTAS, SULISTAS E ARABES.....	32
<b>CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA .....</b>	<b>40</b>
2.1 ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	40
2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....	47
2.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS LUGARES DE MEMÓRIA .....	52
2.3.1 Os lugares de memória relacionados a história local na percepção dos estudantes .....	56
2.3.1.1 Porto do Baé.....	56
2.3.1.2 Praça dos Garimpeiros .....	58
<b>CAPÍTULO III: METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA SOB O OLHAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL: LUGARES DE MEMÓRIA DE BARRA DO GARÇAS.....</b>	<b>62</b>
CADERNO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS .....	63
GUIA DIDÁTICO-HISTÓRICO PARA PROFESSORES .....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

A motivação inicial que resultou na presente pesquisa adveio da experiência pedagógica e das discussões feitas no ambiente escolar com estudantes e colegas professores em relação ao ensino da história local.

Migrei para Barra do Garças, Mato Grosso – MT, em 2007, e, nesse mesmo ano, comecei a ministrar aulas em escolas no município. Sempre busquei relacionar os conteúdos de história à realidade dos estudantes, no entanto, nesses primeiros anos, tive certa dificuldade por desconhecer a história local e ter acesso limitado às fontes de pesquisa. Quando questionava os(as) estudantes a respeito da história do lugar, percebi que eles também pouco sabiam dessa história. O maior desafio ocorreu quando ministrei a Disciplina de História nos anos iniciais no Instituto Madre Marta Cerutti, no município de Barra de Garças, entre os anos de 2014 e 2018, tendo em vista que o estudo da história local é um componente curricular obrigatório dessa modalidade de ensino. Naquele momento, busquei materiais de pesquisa e encontrei diversas obras de diferentes escritores que escreveram sobre a história do lugar, no entanto, após reunir e analisar o material, deparei-me com outras problemáticas: Como explorar esses materiais com os estudantes? Qual metodologia mais adequada para trabalhar com essas fontes em sala de aula? Como abordar a história local em sala aula?

Na tentativa de encontrar uma metodologia adequada, busquei a parceria, mediante experiência de ensino, do professor Alessandro Mattos do Nascimento, professor da Educação Básica da rede Estadual de Ensino de MT, mestre em História e autor da dissertação que trata do processo migratório em Barra do Garças – MT, entre as décadas de 1960 a 1980, intitulada *Barra do Garças, das pedras aos grãos: uma história de migrações e ocupações (1960-1980)*, defendida em 2010, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – Goiás).

O Professor Alessandro se dispôs a fazer uma aula de campo com os estudantes, passando pelas ruas e por alguns lugares da cidade de Barra do Garças, mediante uma explanação mais detalhada sobre a história da ocupação. Tais visitas se transcorreram pelas ruas da cidade, passando pela Praça Sebastião Alves Júnior, seguindo pela Av. Min. João Alberto até Praça dos Garimpeiros. Na sequência, os(as) estudantes foram direcionados a caminhar pelas ruas e observar a parte “Antiga da cidade”, prosseguindo pela Rua Primeiro de Maio, passando pelas Ruas do Bairro

Cidade Velha, seguindo para o Porto do Baé, com ponto de parada no espaço ao lado da Churrascaria Beira Rio, e, seguindo depois, até a Praça da Matriz. Para finalizar a atividade, os(as) estudantes foram levados até a cachoeira da Usina, que fica localizada no Parque Estadual da Serra Azul. Durante o passeio, o professor parava em alguns lugares, e narrava alguns fatos acerca da história local, que possuía certa relação com o lugar.

Por meio de um diagnóstico feito em uma escola municipal, verificou-se que os(as) professores(as), para trabalhar a história local, utilizam, como materiais, textos extraídos das bibliografias de Valdson Varjão e Zélia Diniz e, algumas fotografias que retratam o passado do município.

As bibliografias citadas pelos(as) professores(as) são fontes de pesquisa, pistas importantes sobre o passado, que podem ser utilizadas pelo(a) professor(a) em sala de aula no ensino de História, no entanto, ao trabalhar com essas ou com outros tipos de fontes históricas, o(a) professor(a) precisa de orientações didático-metodológicas para que o ensino de História seja de fato significativo, ou seja, para que o conhecimento histórico seja construído e possibilite aos sujeitos interpretar suas ações e desenvolver o que Rüsen (1999) chama de consciência histórica.

Portanto, essa problemática acabou me envolvendo e, de certa maneira, despertou-me o desejo de estudar essa questão. Assim, ao ingressar no mestrado profissional em Ensino de História Profhistória, deparei-me com a necessidade de se pensar a pesquisa relacionada a um “produto de curso”. Esse produto seria uma proposta didática. Dessa maneira, em conversa em sala de aula com o professor Bruno Rodrigues, que ministrou a Disciplina de Ensino de História da África e, ao relatar o problema em questão, foi-me sugerido que eu pensasse sobre a história de Barra do Garças a partir da Educação Patrimonial e que eu analisasse alguns trabalhos com essa temática feitos pelos Mestres que concluíram o Profhistória.

Inicialmente, fiquei um pouco apreensiva pelo fato de pensar a Educação Patrimonial a partir dos patrimônios materiais como monumentos e conjuntos arquitetônicos, porque, dessa forma, estaria fortalecendo a história do ponto de vista dos colonizadores e invisibilizando outros sujeitos.

No entanto, ao fazer algumas leituras acerca dessa temática e ao participar do I Congresso Nacional do Profhistória, percebi que a Educação Patrimonial é um instrumento que tenta romper com o paradigma de patrimônio apenas como algo monumental e propõe que este seja uma referência para o estudo do passado de uma

determinada comunidade, os grupos que formam uma comunidade devem identificar os elementos que estão relacionados a sua identidade, a sua cultura e valorizá-los como bens patrimoniais.

Pude identificar que os diferentes elementos, materiais e imateriais, que fazem parte da realidade dos indivíduos e são referências culturais para estes, compõem o patrimônio. Compreender o significado desses elementos e a forma como foram instituídos ou fabricados, percebi que seria uma forma de instigar os estudantes a investigarem o passado e utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades que os auxiliem na compreensão de sua própria realidade. Horta, Grumberg e Monteiro (1999), destacam que:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A Educação Patrimonial é, pois, proposta como uma ação educativa pelo fato de manter uma ação direta na vida prática das pessoas de uma comunidade escolar, conectando as diferentes gerações e possibilitando a apropriação, o reconhecimento e a valorização da sua cultura.

Nesse sentido, em muitas situações faz-se necessário discutir com os estudantes sobre os bens patrimoniais que foram instituídos, com qual intencionalidade e ressignificá-los, além de investigar o que eles entendem por patrimônio e o que consideram como patrimônio cultural, tendo como referência a sua própria cultura. É importante que eles reconheçam, entre os elementos da sua comunidade, aqueles com os quais se identificam e percebam a relação deles com o patrimônio cultural da própria comunidade.

Desse modo, é possível perceber que a Educação Patrimonial está estreitamente ligada à história local, partindo do pressuposto de que os bens patrimoniais possuem uma historicidade e essa historicidade, em muitas situações, está ligada à história do lugar. De acordo com Bittencourt,

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por



possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

O estudo da história local é, pois, o ponto de partida para a compreensão da realidade do estudante, no entanto, muitos(as) professores(as) têm dificuldade em incluir a história local no currículo escolar devido à limitação estabelecida pelos documentos de referência curricular. Partindo do entendimento de que o local não é uma ilha e que sofre influência do global, ao mesmo tempo em que influencia o global, a história local pode ser trabalhada fazendo um jogo de escalas com a história nacional e global.

Dessa forma, cabe ao(a) professor(a) selecionar os conteúdos propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT) e trabalhar os conteúdos relacionando-os à história local, fazendo um jogo de escalas, para que o estudante compreenda a história a partir da sua própria realidade. Nessa perspectiva,

O exercício do ‘fazer história’, de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um ‘Outro’, às vezes semelhante, muitas vezes diferente. Depois, alarga-se ainda mais em direção a outros povos, com seus usos e costumes específicos. Por fim, parte-se para o mundo, sempre em movimento e transformação. Em meio a inúmeras combinações dessas variáveis – do Eu, do Outro e do Nós –, inseridas em tempos e espaços específicos, indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação. (BRASIL, 2017, p 397-398).

A BNCC traz em seu texto a importância de se trabalhar com o estudo da história local a partir do conhecimento e da relação do eu com o outro, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. À medida que o estudante vai progredindo para os anos finais do Ensino Fundamental, rumo ao Ensino Médio, esse conhecimento vai sendo ampliado, permitindo um diálogo com diferentes temporalidades e espaços.

É importante destacar que a BNCC reconhece a história enquanto uma área do conhecimento que dialoga com o tempo presente e com a realidade local, tendo como protagonistas diferentes sujeitos. A DRC–MT igualmente reconhece a necessidade da história regional e local fazer parte do currículo escolar e, ao mesmo tempo, de o

professor fazer o jogo de escalas do local para o global, ou vice e versa, trazendo o conhecimento histórico para mais próximo da realidade do estudante:

Ensinar história local e regional permite ao aluno possibilidades de conhecer o seu entorno, pois trata das especificidades, consolidando sua referência de um mundo em constante movimento, indo do micro para o macro e também do macro para o micro, situando-o numa visão ampla, crítica e reflexiva que objetiva constituir uma identidade do local para o global. (MATO GROSSO, 2018, p. 251).

Ao trabalhar a história local com os(as) estudantes, faz-se necessário o uso da memória, tanto da memória individual quanto da memória coletiva: “A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os lugares de memória”. (BITTENCOURT, 2009. p. 169)

De acordo com Bittencourt (2009), além da memória das pessoas do local, registrada por meio de depoimentos escritos ou pela oralidade, existem os lugares de memória, lugares estes que podem ter sido criados por determinados indivíduos ou grupos que tenham interesse em preservar e relembrar uma determinada história.

Os lugares de memória nascem a partir do interesse de se preservar algo que é impossível guardar na memória. De acordo com Nora (1993), o “lugar” passa a ser uma referência para uma história que não pode ser esquecida, ao mesmo tempo em que cabe à história tornar aquele lugar um lugar de memória.

Esses lugares contribuem para fazer lembrar uma história que “não pode ser esquecida”, que se apresenta por meio de alguns acontecimentos que estão presentes na memória coletiva e que auxiliam na compreensão da história local e da própria identidade das pessoas que residem no município.

Nesse sentido, a presente dissertação tem como objetivo possibilitar experiências mais dinâmicas e enriquecedoras no processo ensino-aprendizagem a partir da Educação Patrimonial, com o intuito de identificar e ressignificar, junto aos educandos, os lugares de memórias na cidade de Barra do Garças-MT, contribuindo para que eles re/conheçam o patrimônio, que é referência cultural de sua comunidade, e o relacione à sua identidade.

Assim, esta dissertação ocorre a partir de uma pesquisa aplicada, objetivando explorar a história da cidade de Barra do Garças-MT e os sujeitos envolvidos na construção do patrimônio cultural dela e, a partir daí, desenvolver propostas de Oficinas

Educativas e um Guia Didático-Histórico, os quais podem ser utilizados como material didático-pedagógico pelos(as) professores(as) para trabalhar a Educação Patrimonial e o estudo da história local com estudantes da educação básica das escolas públicas e privadas do município.

Para alcançar essa proposta de estudo, a pesquisa quanti-qualitativa foi de suma importância, visto que os objetivos principais foram estabelecidos a partir das percepções que os estudantes têm acerca do patrimônio cultural e da história local, diagnosticados por meio de um questionário semiestruturado que foi aplicado aos estudantes de uma escola do município. Também foi aplicado um segundo questionário aos professores da rede pública de ensino, com o objetivo de diagnosticar como eles trabalham a história local e quais os materiais utilizados por eles.

Ademais, foi utilizada a pesquisa bibliográfica a partir de autores que escreveram sobre a história da cidade de Barra do Garças. A pesquisa de campo permitiu conhecer os documentos que serviram de base para a escrita sobre o referido município, como jornais, decretos, depoimentos, fotografias, entre outros. A análise desses documentos foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e para a elaboração das Oficinas Pedagógicas e do Guia Didático-Pedagógico. Além dos documentos citados, para realizar um estudo da relação do ensino com a Educação Patrimonial, utilizei como fontes de pesquisa os documentos e materiais produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (IPHAN), o Guia Básico de Educação Patrimonial, o Documento Referencial Curricular para o Estado de Mato Grosso e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Esta dissertação se encontra organizada em três capítulos, sendo que, no primeiro capítulo, *Contextualizando o local de pesquisa: Barra do Garças- MT*, contextualizei, de maneira breve, a história da cidade, reconhecendo os diferentes grupos de migrantes que foram fundamentais na construção do patrimônio cultural material e imaterial do município de Barra do Garças.

No segundo capítulo, *Educação Patrimonial: memória e o ensino de história*, a discussão se circunscreve à Educação Patrimonial relacionada à memória e ao ensino de História, tendo em vista que a Educação Patrimonial é proposta como uma ação educativa. Nesse capítulo, discuti categorias conceituais acerca do ensino de História, da Educação Patrimonial e da memória, utilizando alguns documentos como o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (2018) e Base Nacional Comum Curricular (2017) e do Guia Básico de Educação Patrimonial, de autoria de Horta,

Grumberg e Monteiro (1999).

Além disso, a fim de firmar a teoria que embasa a pesquisa, dialoguei com os(as) seguintes autores(as): Abud (2003), Barca, Rezende e Schmidt (2010); Rösen (2009); Bittencourt (2009), Le Goff (2013), Nora (2012), Figueira e Miranda (2012), Fronza (2016), Carvalho e Meneguello (2020), Bezzerra (2020) e também com Quijano (2010), que discute o pensamento eurocêntrico.

Ainda no segundo capítulo, incorporei concepções da patrimonialização da cidade Barra do Garças-MT, advindos das memórias da comunidade, especificando alguns lugares que foram apontados pelos estudantes como “lugares de memória” e que têm uma relação com a história local, inclusive discuti algumas transformações que ocorreram em alguns destes lugares nos últimos anos.

No terceiro capítulo estão os produtos, *Caderno de Oficinas Pedagógicas e o Guia Didático – Histórico para professores*. No primeiro produto, propus três Oficinas para serem desenvolvidas com os estudantes da Educação Básica do Município de Barra do Garças-MT, a fim de auxiliar os(as) professores(as) de história da Educação Básica a trabalhar com a temática Educação Patrimonial, que, como ação educativa, consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural, com o objetivo de contribuir para a compreensão da realidade dos estudantes e para o reconhecimento de sua própria identidade.

A oficina *Reconhecendo os bens patrimoniais presentes e relevantes na identidade do grupo social* tem como objetivos proporcionar aos estudantes o conhecimento do conceito de Patrimônio Cultural e fazer com que eles sejam capazes de identificar os bens patrimoniais responsáveis pela formação de sua identidade e da cultura de sua comunidade, bem como promover a produção de novos conhecimentos sobre a dinâmica cultural, por meio de ações de observação, registro, exploração, apropriação e, conseqüentemente, de valorização e preservação do patrimônio cultural da comunidade local.

A segunda oficina *Identificar e inventariar os lugares que são referências culturais na comunidade escolar* tem como principal objetivo construir com os(as) estudantes um Inventário Participativo utilizando como objeto os lugares que constituem referências culturais na comunidade escolar e, posteriormente, munidos de informações e fontes organizadas por meio do inventário, os(as) estudantes deverão produzir narrativas sobre o lugar, demonstrando a apropriação do conhecimento pelo bem cultural

A terceira oficina *Interpretando e analisando um lugar de memória: Praça dos Garimpeiros – Barra do Garças–MT* tem como objetivos fazer os(as) estudantes ler, interpretar e analisar diferentes fontes/documentos históricos acerca de um lugar de memória, identificar que tipo de memória esse lugar preserva em relação ao Patrimônio Cultural da Comunidade.

O segundo produto é o *Guia didático-histórico para professores: Patrimônios Culturais do município de Barra do Garças – MT*. Esse guia traz um histórico do município e, na sequência, por meio de textos e imagens, informações sobre os seguintes patrimônios: Parque Estadual da Serra Azul, etnias Bororo e Xavante, Grupo ABADÁ Capoeira, Festa de Santo Antônio e saberes de Emília Acácio Nunes Silva na fabricação de remédios fitoterápicos. Além disso, também traz orientações de como o(a) professor(a) pode introduzir ou ampliar cada temática em sala de aula e sugestões de atividades. O objetivo do Guia é auxiliar professores da Educação Básica na construção do conhecimento junto aos estudantes, trazendo novas abordagens e orientação metodológica, no que se refere ao patrimônio cultural material e imaterial existente no município de Barra do Garças -MT.

## CAPÍTULO I

### CONTEXTUALIZANDO O LOCAL DE PESQUISA: BARRA DO GARÇAS- MT

Barra do Garças está localizada a 530 Km de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso. Faz limites com os municípios de Nova Xavantina, Araguaiana, General Carneiro, Novo São Joaquim e Pontal do Araguaia localizados no mesmo estado e com o Goiás. Até a década de 1970, possuía uma área de 170.000 Km<sup>2</sup>, chegando a ser considerado o maior município do mundo, hoje, no entanto, esse território se encontra fragmentado em vários municípios, e essa fragmentação ocorreu por meio de decretos expedidos nas últimas décadas.

**Figura 1** – Vista aérea atual da cidade de Barra do Garças – MT



Fonte: *Google Maps*

Antes de ser emancipada em 1948, pela Lei nº 121, de 15 de setembro de 1948, Barra do Garças era conhecida como Barra Cuiabana e, de acordo com Ribeiro (2005), era habitada por famílias sertanejas e de garimpeiros, que vieram atraídos por diamantes da região e por diferentes grupos indígenas, como os Carajá, Caiapó, Bororo, Xavante e Kalapalho.

A partir da década de 1940, devido ao programa intenso do governo federal, sob o comando de Getúlio Vargas, para ocupar o interior do Brasil, espaços considerados erroneamente como “vazios” demográficos, foi idealizado o Projeto “Marcha para o Oeste”. Esse Projeto se concretizou com a Fundação Brasil Central, em 1943, incorporada à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Como consequência, a região passou a receber muitos investimentos do governo federal, os quais se estenderam até a década de 1960, promovendo muitas obras de infraestrutura que, conseqüentemente, atraíram migrantes oriundos de diferentes estados e regiões do Brasil.

Uma das características da população de Barra do Garças é a diversidade cultural, e isso está relacionado à origem dos migrantes que se fixaram no município. No entanto, essa história, marcada por uma diversidade de sujeitos, é ainda pouco conhecida, pois muitos habitantes da própria cidade generalizam a figura dos garimpeiros como sendo os “primeiros” a ocupar este espaço.

### 1.1 RECORDANDO ASPECTOS HISTÓRICOS DA ANCESTRALIDADE BARRA-GARCENSE

A data da presença dos primeiros habitantes do território de Barra do Garças ainda é objeto de divergência dentre os pesquisadores, assim como a de todo o continente americano. De acordo com Dolzan (2006), o Rio Araguaia e seus afluentes serviam como meio de locomoção às várias populações nômades que por eles transitavam. Essas primeiras populações deixaram vestígios e inscrições, em ‘baixo relevo’, nos paredões de rocha, ou pintados nas cavernas e abrigos.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Barra do Garças possui cadastrados 13 sítios arqueológicos. Os vestígios arqueológicos encontrados nesses sítios são representados pelos líticos, cerâmicos, gravuras e pinturas rupestres. Além disso, grande é o número de “cemitérios indígenas” encontrados no centro da cidade durante escavações para construções. Nascimento (2010) destaca que:

Vários colonos ainda guardam em casa vestígios dos habitantes pré-históricos de Barra do Garças, acreditando terem poderes curadores e protetores, como aqueles que guardam as ‘pedras de raio’, ou seja, machadinhos de pedra que, segundo os moradores mais antigos, protegeriam a casa contra ‘queda de raio’. (NASCIMENTO, 2010, p. 36).

O autor destaca o imaginário da população que é aguçado pelos objetos encontrados e pelo fato de o município não possuir um local adequado para armazená-

los, além da falta de investimentos governamentais para este tipo de pesquisa e para a sua preservação, o que acaba contribuindo para que muitos deles se percam ou fiquem desconhecidos por grande parte da população.

Dolzan (2006) chama atenção também para as diversas pinturas rupestres deixadas por essas populações em grutas, cavernas e rochas da região:

Segundo o historiador Wilson Ferreira de Oliveira, estudioso da pré-história e da cultura regional, em entrevista ao programa Globo Repórter / 2000 da Rede Globo de Televisão, *os abrigos Gruta dos Pezinhos e Moreti entre outros, estão no meio de um corredor de migração e foram frequentados na pré-história por alguns povos que estariam se deslocando até o Estreito de Magalhães, no Chile. Homens pré-históricos deixaram nas grutas da região, gravuras e pinturas rupestres que mostram ideogramas e corpos celestes, consideradas por muitas pessoas, elementos de ufoarqueologia. Outros se referem à primeira manifestação de ‘religiosidade’ e de reconhecimento da criatura ante o Criador, por terem representado o sol, os cometas, as estrelas e a lua nos citados abrigos. Entretanto, é o contexto que responde sobre o significado destas artes. Nele se mesclam os fatores psicológicos da sociedade que as executaram, visíveis naquelas que ainda remanescem em uma cultura primitiva. (DOLZAN, 2006, p. 95-96 - Grifos da autora).*

A autora cita dois sítios arqueológicos, a Gruta dos Pezinhos e o abrigo Moreti, que é um sítio arqueológico localizado no ‘altiplano’ da Serra do Roncador, na fazenda de Sandro Moreti, a 144 quilômetros de Barra do Garças e 700 quilômetros de Cuiabá. De acordo com Dolzan (2006), além das pinturas rupestres, há no local vestígios de fogueiras, um número significativo de árvores frutíferas junto à vegetação e uma oficina lítica.



**Figura 2** – Pinturas rupestres do Abrigo Moreti



Fonte: Arquivo pessoal de Nina Teresa de Oliveira Dolzan (2006).

O outro sítio arqueológico citado pela autora é a Gruta dos Pezinhos, localizada em uma área do Parque Estadual da Serra Azul, muito próximo à área urbana do município de Barra do Garças.

**Figura 3** – Vista aérea da localização da Gruta dos Pezinhos



Fonte: *Google Maps*

Nas paredes internas da gruta, há diferentes tamanhos e formatos de pés humanos, alguns com três, quatro ou até seis dedos. Constam também mãos, pegadas de diferentes animais, desenhos de órgãos genitais e formas geométricas, como círculos e losangos.

**Figura 4** – Imagem interna da Gruta dos Pezinhos



Fonte: Arquivo pessoal

Pesquisadores ainda divergem sobre o significado dessas marcas. De acordo com Isabella Barreiros (2019), em uma reportagem publicada na Revista *Aventuras na História*, há diversas interpretações para as marcas existentes na Gruta dos Pezinhos.

Na reportagem, Barreiros (2019) cita que a pesquisadora Nina Tereza Dolzan interpreta que as marcas deixadas no interior da caverna foram feitas por povos da região, quando acontecia um nascimento. Já a jornalista e escritora italiana Margherita de Tomas levanta outra hipótese, a de que o número de dedos das gravuras se refiram a casos de polidactilia (característica na qual a pessoa nasce com mais de cinco dedos), ou mutilações. Barreiros ainda cita na reportagem que o psicólogo e presidente da Associação Matogrossense de Pesquisas Ufológicas e Psíquicas (AMPUP), Ataíde Ferreira, comenta como as pegadas estão relacionadas às lendas dos povos que viveram ali. Os indígenas da região falam da existência de semideuses, vindo do céu, que seriam criaturas de 1,20 metros, com cabeça desproporcional ao corpo e diferentes números de dedos nos pés.

Percebe-se que o reconhecimento dos sítios arqueológicos não é suficiente para se conhecer a história dos ancestrais. Faz-se necessário, portanto, o desenvolvimento de pesquisas, e, para isso, é fundamental a preservação desses espaços e o investimento por parte dos poderes público e privado.

Esses lugares e os vestígios materiais encontrados nesses sítios arqueológicos fazem parte da história da cidade de Barra do Garças e podem servir para a compreensão do modo de vida de seus primeiros habitantes.

Em sala de aula, ao trabalhar o modo de vida dos primeiros grupos humanos, o(a) professor(a) analisa vestígios que foram encontrados em diversos lugares do mundo por meio de imagens nos livros didáticos. No entanto, é possível perceber que eles também podem ser encontrados nesta região e, muitas vezes, pelo descaso do poder público, os mesmos são pouco explorados e, conseqüentemente, desconhecidos e não acessíveis à população local.

## 1.2 UM OLHAR SOBRE OS POVOS INDÍGENAS, HABITANTES DO ENTORNO DA CIDADE DE BARRA DO GARÇAS-MT

Ribeiro (2005) destaca que, quando os primeiros colonizadores chegaram à região onde está localizado o município de Barra do Garças, encontraram grupos indígenas de diferentes etnias: Carajá, os Caiapó, Bororó, Xavante e os Kalapalho.

A partir da chegada dos bandeirantes na região Centro-Oeste, e considerando o intenso processo de colonização, essas etnias sofreram a perda de seu território pela atuação do colonizador e/ou pelo conflito entre elas, devido ao fato de terem que dividir o mesmo espaço. Como resultado desse processo, algumas delas migraram para outras regiões do Estado e, a partir de uma luta travada por décadas e que infelizmente ainda persiste, tiveram suas terras reduzidas nas atuais Terras Indígenas (TIs) reconhecidas, demarcadas e regulamentadas pelo governo estadual.

Atualmente, no município de Barra do Garças estão localizadas a Terra Indígena (TI) Meruri habitada pelos índios da etnia Bororo, e a Terra Indígena (TI) de São Marcos, habitada pelos índios da etnia Xavante.

**Figura 5** - Vista aérea da localização da TI de São Marcos e da TI de Meruri



Fonte: *Google Maps*

A TI Merure fica localizada entre os municípios de Barra do Garças e General Carneiro e, de acordo com dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é habitada por cerca de 657 indígenas da etnia Bororo.

Os Bororos se autodenominam *'Boe'*, que significa *'gente'*. De acordo com informações do portal organizado pelo Instituto Socioambiental, na tradição Bororo, a unidade política é a aldeia, composta por um conjunto de casas dispostas em círculo, tendo no centro a casa dos homens e, ao lado, a praça, denominada *Bororo*, local das mais importantes cerimônias dessa sociedade. A circularidade da aldeia é considerada a representação ideal do espaço social e do universo cosmológico. Cada casa da aldeia abriga duas ou três famílias nucleares.

Para garantir a sobrevivência do grupo, os Bororo desenvolvem atividades de coleta de frutos, raízes etc., caça, pesca, agricultura e artesanato, sendo que alguns ainda são assalariados ou aposentados. Os homens realizam a maior parte do trabalho na roça, as mulheres ajudam no plantio e na colheita e são responsáveis pela coleta de frutos,

raízes etc. Na organização social, a classificação dos indivíduos é feita a partir de seu clã, da linhagem e do grupo residencial, sendo a regra de descendência matrilinear. Os principais ritos de passagem (em que as pessoas passam de uma categoria social a outra) são denominados de iniciação e funeral.

Como nenhuma cultura é estática, de acordo com relatos de indígenas que vivem na TI Meruri, muitos aspectos da cultura tradicional dessa etnia foram modificados devido à necessidade de garantir a sobrevivência, muitos homens trabalham em fazendas da região e as mulheres se dedicam à fabricação e ao comércio de artesanatos.

Além disso, os Bororo da TI Meruri sofreram forte influência da Igreja Católica que se materializou entre essa etnia por meio da Missão Salesiana. De acordo com informações disponíveis no *site* da Missão Salesiana, essa missão chegou à região em 1902 e se efetivou em 1927, com a obtenção de dois lotes de terra doados pelo então governador do Estado, Dom Francisco de Aquino Corrêa.

A atuação da Missão Salesiana tinha como principal objetivo evangelizar os índios, desenvolvendo atividades educativas. No entanto, essa missão também influenciou em outros aspectos culturais dos Bororo, que podem ser facilmente percebidos por quem visita a TI Meruri. Tais aspectos vão desde a arquitetura até questões familiares. De acordo com Castilho (2000), citado por Silva (2012),

Durante anos, os salesianos procuraram introduzir novos hábitos, novos costumes, considerados mais nobres e civilizados e que poderiam substituir padrões de conduta vistos como imorais e primitivos, mas também passaram a incorporar a nova orientação da Igreja Católica. Surgiu um compromisso do salesiano com a promoção humana e a evangelização, visando à saúde do índio, sua autossuficiência, sua alfabetização e uma nova liturgia indigenizada (CASTILHO, 2000, *apud* SILVA, 2012, p. 56).

Novaes (1993), citado por Silva (2012), também reconhece que ocorreram mudanças de comportamento dos Bororo influenciados pela Missão Salesiana, chamando a atenção para o planejamento familiar e para a decomposição dos clãs. O autor ainda afirma que, apesar da interferência cultural, a Missão Salesiana protegeu os indígenas da atuação de posseiros e, na década de 1970, com a intensificação de conflitos ligados às questões de terras em Mato Grosso, os jornais locais evidenciaram a presença Salesiana na luta pela defesa do território da etnia Bororo.

A atuação da Missão Salesiana na proteção dos territórios indígenas também é reconhecida pelos próprios indígenas que vivem na TI Merure. Em entrevista.

Concedida a Silva, no dia 02 de junho de 2012, Liberio afirma:

*[...]eu acho que na demarcação da terra indígena de Meruri. Eu acho que, assim, o que eles colaboraram foi com a influência da não retirada do povo Bororo dali, né, porque sabe-se que a congregação Salesiana é muito forte né? Se não tivesse ninguém ali com o povo Bororo, era quase certo que os Bororo ia ser removidos dali, ou seriam. Sofreriam uma tragédia muito maior do que aconteceu né? Então, pode ser nesse sentido. Eles podem, pode ter ajudado muito também, pela influência que eles tiveram deles/da presença deles ali. (SILVA, 2012, p.56).*

É importante reconhecer que a Missão Salesiana teve um papel fundamental na defesa do território indígena frente à atuação de posseiros e fazendeiros da região. No entanto, por meio do processo educativo, introduziram novos hábitos a essa etnia, fazendo com que abandonassem hábitos tradicionais fundamentais para o reconhecimento da sua própria identidade. Além disso, assim como em todo o processo de colonização europeia, os missionários e as missionárias atribuíram juízo de valor aos hábitos culturais dos povos colonizados, taxando-os de “incivilizados” e “imorais”, estereótipos que até hoje persistem em relação a determinados hábitos dessa etnia e que contribuíram para a exclusão e permanência desses indivíduos à margem da sociedade.

Além dos Bororo, a etnia Xavante também permaneceu no atual território do município de Barra do Garças. De acordo com a FUNAI, cerca de 2.848 indígenas desta etnia habitam a TI de São Marcos, localizada no município de Barra do Garças.

Para Rosa (2008), os Xavante habitavam originalmente o território de Goiás e a partir do deslocamento dos bandeirantes pelo interior desse Estado, atuando no apresamento de indígenas e na procura de metais preciosos, os conflitos com as populações locais foram inevitáveis, dentre as quais estava a etnia Xavante. Tal conflito provocou o isolamento dessa etnia e posterior deslocamento dela para a região de Mato Grosso.

Rosa (2008) destaca ainda que, na TI de São Marcos, as casas são circulares e cobertas com palha de buriti, normalmente em torno de muitas casas existem plantações de batata, as quais são cuidadas pelas mulheres, estas também podem ser vistas fazendo cestos ou socando arroz no pilão durante a tarde.

Também no período vespertino, após a escola, os jovens jogam futebol, ao som de suas próprias músicas, além das sertanejas e das indígenas dos grupos andinos. Porém, nesse mesmo período, os jovens também vão à roça, em sistema de rodízio, para

aprenderem os conhecimentos tradicionais como parte do currículo da escola indígena. As crianças são sempre cuidadas por um adulto, brincam livremente pela aldeia ou circulam com suas mães para a beira do rio, quando elas vão lavar as roupas e quando vão colher tubérculos.

As cerimônias e as atividades de competição também fazem parte da cultura dessa etnia, conforme relatos de estudantes Xavante em sala aula, ocasião em que eles aproveitam para apresentarem vídeos e fotografias para os colegas. As atividades mais comuns são lutas corporais e a corrida de revezamento com o tronco de buriti. Os rituais mais conhecidos são o casamento, o de nomeação e o de furação de orelha.

Os Xavante se tornaram mundialmente conhecidos, durante a Era Vargas a partir do Projeto “Marcha para o Oeste”. Naquela época, foram retratados por jornais como símbolos de “bons selvagens brasileiros”, que haviam sido “pacificados” pelos órgãos ligados ao governo. Esse discurso de “pacificação” era amplamente divulgado atrelado à ideia de progresso nacional, como uma estratégia do governo para incentivar a ocupação de regiões consideradas como “vazios demográficos”.

É importante destacar também que os indígenas não vivem somente nas terras regulamentadas pelo Estado, pois existe um número expressivo deles, tanto da etnia Bororo quanto da Xavante, que reside na cidade ou temporariamente habita a cidade para estudar e/ou trabalhar.

Além disso, é comum ver os indígenas frequentando o comércio local e, principalmente, circulando nas ruas e em estabelecimentos comerciais do bairro Cidade Velha, incluindo hotéis, pensões, bares e mercearias. Em entrevista realizada por Rosa (2008), um dos indígenas declara:

*[...] Hoje em dia nós estamos pensando e indo para a cidade. Antigamente não eram nossos pais e nossos avós trabalhavam na caçada e com isso e com isso traziam alimentação para aldeia e tiveram tudo que lhes alimentam e remédios naturais também. Agora hoje em dia nos acostumamos com alimento de óleo, conhecemos dinheiro e com isso, mesmo morando na aldeia, pensamos em trazer coisas da cidade para sobrevivermos, para progredirmos dentro da nossa aldeia e é difícil achar pessoa generosa e honesta para ajudar e apoiar no que temos necessidade. (ROSA, 2008, p. 68).*

De acordo com a narrativa do entrevistado, os indígenas atualmente possuem uma relação mais estreita com a cidade de Barra do Garças do que seus antepassados, devido à necessidade de sobrevivência. Hoje, devido aos diversos fatores, as terras

indígenas não são autossuficientes e eles necessitam consumir produtos no comércio local para garantir a sobrevivência do grupo.

Apesar de os indígenas terem sido os primeiros habitantes desse território, o conhecimento e a valorização da história dessas etnias, por parte da população local, são muito limitados. Na cidade há algumas ruas e empresas que fazem referência ao nome dessas etnias, no entanto há ausência de “monumentos” relativos a estes que foram os verdadeiros “pioneiros” do município. Outrora, haviam algumas estátuas na Praça dos Garimpeiros, mas foram retiradas em 2007, a pedido dos próprios Xavantes.

Ao fazer uma análise da consciência histórica dos estudantes, no município de Barra do Garças, a respeito das questões referentes aos indígenas, depara-se com estereótipos que assustam: “índio não trabalha”; “recebem pensão do governo”; “cobram pedágio na rodovia” ; “são bêbados”; “cometem infrações na cidade e ficam impunes”; “recebem doações e jogam fora”.

E pensar que essas populações tiveram seu território roubado, foram dizimadas, escravizadas, aculturadas, tiveram de deixar seus hábitos de lado e seguir padrões de comportamento impostos pelo colonizador e por seus descendentes, e agora têm sua identidade reduzida aos estereótipos. Comentários como esses, levam os educadores a questionarem: “Em que estamos errando para termos estudantes do ensino fundamental e médio com tal pensamento a respeito desses grupos?” Ao mesmo tempo, esse comportamento faz pensar nos desafios que os professores têm para buscar conhecimento e estratégias para romper com essa modalidade de pré-conceito e estereótipos presentes na sociedade.

### 1.3 A ARTE DE CONTAR A CHEGADA DOS MIGRANTES EM BARRA DOS GARÇAS-MT: ENTRE NORDESTINOS, NORTISTAS, SULISTAS E ÁRABES

Outra fase de ocupação do município de Barra do Garças foi marcada por meio da atividade garimpeira. Segundo Varjão (1985), essa fase ocorreu entre os anos de 1924 e 1942, quando garimpeiros, liderados por Antônio Cristino Côrtes e Francisco Bispo Dourado, instalaram-se na região, às margens do Rio Garças, à procura de pedras preciosas, devido a informações sobre a existência delas veiculada por um morador da região. Estes, por sua vez, construíram as primeiras casas, abriram as ruas e atraíram a vinda de migrantes nordestinos. Em 1925, além dos garimpeiros, a região também era



atrativo para comerciantes e outros exploradores.

Naquele período, havia dificuldade de comunicação, porém tal dificuldade não impediu que a descoberta de diamantes na região chegasse aos ouvidos de pessoas das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Logo, um expressivo contingente migrou para a Região conhecida como Barra Cuiabana, em busca de melhores condições de vida e de enriquecimento fácil, com a descoberta de diamantes.

Ribeiro (2005), em seu livro *Memória de Imigrante*, fazendo uso da história oral, incorpora diversos depoimentos de descendentes de migrantes os quais relatam as angústias que viviam, devido às carências em seu lugar de origem, e, conseqüentemente, às expectativas de seus familiares ao migrar para região de Mato Grosso naquela fase da atividade garimpeira:

*Minha família é toda baiana. A gente viveu na Bahia, de família de poder aquisitivo bem pequeno. O meu pai ele tinha umas terras (zinhas) na Bahia, mas era daquela região mais seca, então vivia assim em grandes dificuldades. Por volta de 1939, o meu tio [...] veio embora da Bahia para Mato Grosso já porque ouvia falar da questão dos garimpos aqui que enriqueciam as pessoas. Meu tio veio e em 1940 ele escreveu para o meu pai pedindo que ele viesse também. Então, ele esteve aqui em 1940, no Mato Grosso e à Bahia, e em 1942 decidiu de vir e com essa decisão de ele vir aqueles vizinhos, parentes. Veio uma caravana enorme que se deslocou da Bahia para Mato Grosso a pé. [...] (RIBEIRO, 2005, p.59-60)*

Em outro trecho da entrevista, a narradora faz menção a uma “garrafa de diamantes”, que, de acordo com ela, teria atraído muitos migrantes em busca desse invólucro. Essa história da garrafa de diamantes é uma lenda também narrada por Valdon Varjão em sua obra *Barra do Garças: Migalhas de sua história, 1985*. Essa lenda tem como símbolo a pedra fixada atualmente em frente à Churrascaria Beira Rio, próximo ao Porto do Baé. Alguns moradores e escritores contestam as versões narradas por Varjão em seus livros a respeito do significado atribuído à pedra que, foi tombada como patrimônio público municipal:

*Então essa vinda da Bahia pra cá tinha aquela história da garrafa de diamante que havia sido enterrada por aqui e isso era sinal de que aqui existia muito diamante e muita gente saía da Bahia acreditando que iria ficar rico da noite para o dia, mas eles não sabiam o local onde estava escondida essa garrafa. Só sabiam que era no Mato Grosso, [...] (RIBEIRO, 2005, p. 63).*

Migrantes vindos principalmente da região Nordeste do Brasil contribuíram para a formação da identidade do município de Barra do Garças, apesar de a maioria se dedicar à atividade de garimpo, porém, seria praticamente impossível sobreviver somente dessa atividade. Ribeiro (2005) destaca que os sertanejos, ao chegarem, foram construindo seus ranchos, ou seja, suas moradias, graças à solidariedade de seus vizinhos. Em seguida, além da atividade do garimpo, dedicaram-se também à agricultura, cultivaram pequenas roças de algodão, mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão criando também alguns animais domésticos.

Durante a década de 1940, o governo federal lançou o projeto conhecido como “Marcha para o Oeste”, que tinha por objetivo integrar o Sul ao Norte do Brasil por meio da região Centro-Oeste.

Nesse período, o Brasil vivia a ditadura do Estado Novo, instaurada pelo presidente Getúlio Vargas, que era adepto às ideias fascistas e esse Projeto partia de uma política nacionalista associada à necessidade de ocupação e modernização das regiões da Amazônia e do Brasil Central.

De acordo com Maciel (2011), uma das principais medidas que fizeram parte do Projeto Marcha para Oeste foi a criação da Fundação Brasil Central (FBC), em 1943, para gerir os recursos do Projeto, sendo sua sede localizada no município de Aragarças - Goiás, que faz divisa com Barra do Garças - MT. Em seguida, foi organizada uma expedição denominada Roncador-Xingu, cuja missão era instalar uma rota de comunicações – terrestre, aérea e de rádio – entre a cidade do Rio de Janeiro e a cidade de Manaus. É importante destacar que, na época, as comunicações, no Brasil, realizavam-se quase exclusivamente pelas áreas costeiras. Devido à ameaça externa à segurança da costa brasileira, decorrente do ingresso do Brasil na II Guerra Mundial, fez-se necessário desenvolver uma rota de comunicação pela região central do País.

Ribeiro (2001) destaca que a atuação da Fundação Brasil Central foi a de criar infraestrutura na região. Diante disso,

O município de Barra do Garças passou por toda uma dinâmica de apropriação/redistribuição de terras, sendo que os maiores beneficiados faziam parte das oligarquias locais, além de aventureiros ou especuladores de terras espalhados por várias regiões do país, alguns, de procedência, no mínimo, questionável. (RIBEIRO, 2001, p. 34).

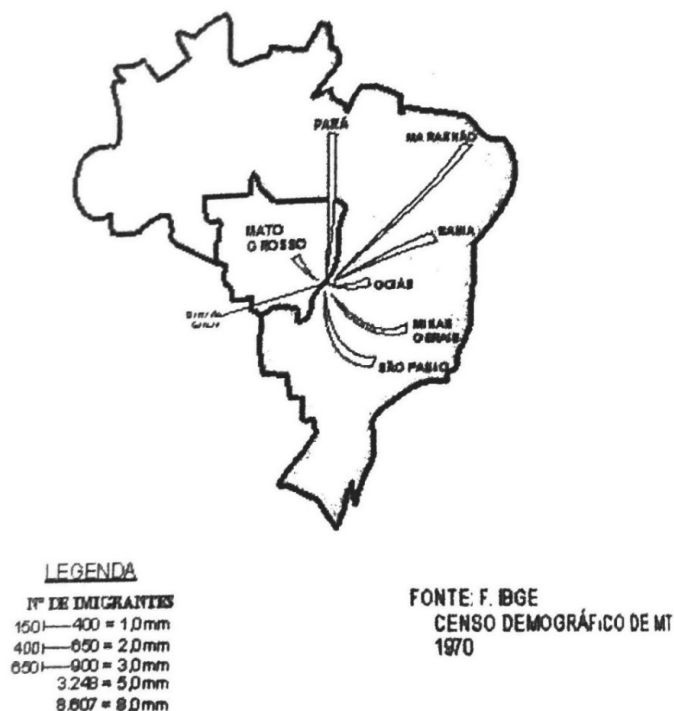
O autor destaca que os próprios garimpeiros/sertanejos, que vieram grande parte da região Nordeste, acabaram sendo expulsos do território onde haviam se estabelecido inicialmente, pela atuação de empresas colonizadoras, e se fixaram em regiões de periferia.

Na década de 1960, a Fundação Brasil Central foi extinta e seu patrimônio incorporado à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e, com isso, a região continuou a receber incentivos governamentais, financiados, pelo capital estrangeiro. Ribeiro (2001) assinala que:

A construção de estradas, a criação de povoados e a implementação de uma rede de comunicação, ligando Barra do Garças ao Estado de Goiás e, conseqüentemente, aos Estados de Minas Gerais e São Paulo, de fato criaram as condições para que na década de 1970 o município pudesse se incorporar no mercado produtivo nacional. (RIBEIRO, 2001, p. 34).

Esses investimentos governamentais, que ocorreram no município de Barra do Garças, entre as décadas de 1940 a 1970, foram responsáveis por atrair migrantes de diversos estados brasileiros e de outras regiões do próprio Mato Grosso.

**Figura 6** – Principais fluxos migratórios em Barra do Garças até 1970



Fonte: Ribeiro (2001, p.56).

Como é possível verificar, de acordo com o mapa, o município de Barra do Garças recebeu, até a década de 1970, fluxos migratórios dos estados do Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e de outras regiões de Mato Grosso.

Ribeiro (2001) destaca ainda que, em 1970, Barra do Garças era conhecida como o maior município do País, com uma área de cerca de 170.000Km<sup>2</sup>, e praticamente toda a Amazônia Legal se tornou aberta à chegada de aventureiros, fazendeiros, banqueiros, especuladores de terras, grileiros, cooperativas de colonização e também trabalhadores expulsos de várias regiões do Brasil. Por volta de 1972, o município de Barra de Garças foi fragmentado, dando origem aos municípios de Água Boa, Canarana e Querência. Após isso, o município passou a contar com 8.762Km<sup>2</sup> de área, cerca de 5% do total da original.

Os investimentos da FBC na região também atraíram palestinos que migraram para o Brasil a partir de 1948, fugindo dos conflitos entre judeus e palestinos ocorridos após a criação do Estado de Israel. Inicialmente, esses grupos adentraram ao Brasil pelo Estado de São Paulo e, posteriormente, ocuparam o interior do País.

De acordo com a reportagem feita pelo jornal *Rota Brasil Oeste* (2001), os “árabes palestinos” ou “turcos”, como são conhecidos pela população de Barra do Garças, começaram a chegar ao município na década de 1950, trabalhando como “mascates”, vendendo de porta em porta, comprando mercadorias de São Paulo e revendendo em todo Vale do Araguaia.

Atualmente, os árabes palestinos são proprietários de grande parte do comércio do município, hotéis, supermercados, lojas de material para construção, de roupas, calçados, tecidos, móveis, brinquedos, dentre outros. Eles acabaram configurando novas relações de trabalho no município, pelo fato de ampliarem o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Outras influências da cultura “árabe palestina” podem ser percebidas no município, entre elas na arquitetura, com a presença de arcos nas fachadas dos prédios, como é possível verificar nas imagens que se seguem:

**Figura 7** – Praça Sebastião Alves Júnior, Shopping Serra Azul e Supermercado Mendonça



Fonte: Arquivo pessoal.

Estudos recentes das famílias de migrantes, conhecidos pelos moradores de Barra do Garças como árabes palestinos, revelam que eles desenvolveram um grande

apego ao lugar, como destaca a professora Zenilda Lopes Ribeiro (2019) a partir de seus estudos:

Outros, acreditam que encontraram seu lugar, isso é o que mostra os resultados da pesquisa sobre a topofilia realizada por Assumpção, et al (2012) em que foram entrevistados seis imigrantes árabes palestinos, que chegaram a Barra do Garças entre 1967 e 1990 [...] disseram que aqui era um lugar: seguro, tranquilo, bonito, bom para trabalhar e criar os filhos’, demonstrando um forte sentimento de apego ao lugar. A topofilia também está presente nos depoimentos registrados no documentário ‘Primos - Memórias da Comunidade Árabe em Barra do Garças-MT’, 24 min, uma produção audiovisual de Carolina Ferazzo Carvalho e Rosa Maria Freitas /UFMT/2017. Foram entrevistados árabes e descendentes, no qual retratam questões sobre origem, migração, religião, trabalho e casamento. Entre essas entrevistas, elegemos da senhora (S.A.S.) [...] ela foi emigrada através do casamento. ‘antes de toda escolha, existe esse ‘lugar’ que não pudemos escolher, onde ocorre a ‘fundação’ de nossa existência terrestre e de nossa condição humana’. Mesmo que ela não tenha escolhido esta base para assentar, demonstra que houve um enraizamento ao lugar com a construção de laços afetivos. (RIBEIRO, 2019).

Por meio dos depoimentos, é possível identificar os laços afetivos e a relação de pertencimento que foram sendo construídos ao longo do tempo entre a comunidade árabe e o município. Muitos retornaram para seu lugar de origem, porém outros ficaram e criaram raízes, ao mesmo tempo em que influenciaram, mas também foram influenciados pela cultura local e nacional.

A partir da década de 1970, o município de Barra do Garças começou a receber migrantes vindos da região Sul do Brasil. A crise agrária que ocorreu nesta região brasileira fez com que inúmeras famílias se deslocassem para o Mato Grosso a procura de terras “fartas” e “baratas”, anunciadas pela propaganda de empresas colonizadoras e do próprio governo:

Desde que a crise dos minifúndios começou a emitir seus primeiros sinais, no início da década de 1940, muitos agricultores começaram a pôr em prática um determinado tipo de solução que lhes era bem familiar: a emigração espontânea. Contudo, o caminho agora percorrido levava ao outro lado do Rio Uruguai, precisamente aos vizinhos Estados de Santa Catarina e Paraná, chegando alguns ao Sul do Mato Grosso. (SPENTHOF, 1995 apud NASCIMENTO, 2010, p.72).

De acordo com Nascimento (2010), os movimentos migratórios da década de

1970 para o Vale do Araguaia foram intensos. Além de agricultores, outros profissionais se deslocaram com o intuito de ocupar espaços profissionais que a região necessitava, sendo que outros, espontaneamente, enxergaram oportunidade de desenvolvimento na região. “É, sem dúvida alguma, a vinda das colônias dirigidas do Sul, a grande fomentadora do desenvolvimento da região do Araguaia na década de 1970, pois a chegada de milhares de pessoas à região produziu grande consumo e produção”. (NASCIMENTO, 2010, p. 74).

O autor realizou várias entrevistas com migrantes vindos de diferentes lugares do Brasil, dentre os quais se destaca o depoimento da professora Nina Dolzam, que migrou da região Sul:

*Aqui cheguei para ficar em julho de 1981 antes morava em Londrina no Paraná. A minha motivação foi uma paixão, por que li o livro “O Garanhão da Praia” de José Mauro de Vasconcelos, li também “A Terra Oca” tais literaturas falavam sobre locais parecidos com esta região e antes de conhecê-la eu me apaixonei, uma amiga minha veio a Cuiabá e eu vim junto, então vim até Barra do Garças conhecendo-a de verdade, e aqui fiquei, meu marido se formou em direito e veio para cá, buscar novas oportunidades. (NASCIMENTO, 2010, p. 91).*

Em outra entrevista, o autor destaca o processo de influência da cultura local em relação ao migrante que, ao chegar, incorporou elementos desta cultura:

*O modo de falar das pessoas também me chamou a atenção, por exemplo as vezes eu me pego falando ‘vou banhar’, sendo que lá em Garça eu falava vou tomar banho, o pessoal aqui quando não quer fazer algo diz ‘num dô conta’, então são maneiras de dizer que são daqui desta região. (NASCIMENTO, 2010, p. 93).*

A população de Barra do Garças tem como uma de suas principais características a diversidade. Por meio de sua história, é possível identificar os diferentes grupos étnicos que foram responsáveis pelo povoamento da região e em quais circunstâncias vieram, com que motivação e quais foram suas principais contribuições. Ao conhecer a história da cidade, podem ser compreendidas muitas ações e comportamentos presentes na sociedade atualmente.

Cada grupo teve sua importância e contribuiu para a formação da identidade da população barra-garcense e para a riqueza cultural do município e, portanto, deve ser identificado e reconhecido pela população local e, conseqüentemente, valorizado.

## CAPÍTULO II

### EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

#### 2.1 ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Disciplina de História começou a fazer parte do currículo escolar no Brasil a partir do século XIX. Naquele momento, o ensino estava centrado na formação cultural das elites, privilegiando somente acontecimentos políticos e personagens, considerados “heróis nacionais”, pela historiografia da época, ligados a tais acontecimentos. Os componentes curriculares da Disciplina de História eram constituídos a partir de narrativas históricas construídas por descendentes dos colonizadores portugueses e/ou europeus, que praticamente reproduziam o que estava escrito nos documentos oficiais e, de acordo com a historiografia pautada no positivismo, eram esses documentos que garantiam a “veracidade” da ciência da História: “[...] A ‘cientifização’ da história acarretou um estreitamento consciente de perspectiva, um limitador dos propósitos e das finalidades da história” (PANDEL, 1982, apud SCHIMIDT, BARCA e GARCIA, 2010, p. 25).

Nesse contexto, a Disciplina História, em vez de mediar o conhecimento histórico com os objetivos correspondentes ao ensino de História nas escolas, apenas reproduzia o conteúdo das pesquisas históricas em sala de aula, os professores cobravam dos estudantes a memorização dos fatos, datas e nomes.

Nas décadas de 1960 e 1970, devido a uma necessidade de reestruturação curricular, esse cenário começou a ser modificado e a didática da História passou a se estabelecer enquanto uma disciplina específica com questões próprias, concepções teóricas e metodologia específica. Abud (2003) esclarece que:

A História, como disciplina escolar, também é histórica. Isto é, também ela, como campo de conhecimento, passa por mudanças e transformações que a fazem filha do seu tempo. As novas abordagens, os novos objetos, outras fontes, outras linguagens foram se incorporando ao ensino de História. As novas tendências e as correntes historiográficas que entendem a História como construção, aliadas a concepções que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, provocaram transformações bastante profundas na construção da História como conhecimento escolar. Tais transformações produziram modificações na Didática da História e



provocaram uma reformulação na prática pedagógica. É necessário que se destaque a introdução e a permanência, nos documentos curriculares, de orientações sobre o uso das novas linguagens, a despeito da inércia da organização escolar no sentido de consolidá-las como práticas cotidianas. (ABUD, 2003, p. 184).

Abud (2003) destaca que as mudanças relacionadas ao ensino de História foram influenciadas pelas novas tendências e correntes historiográficas, iniciadas pelos historiadores dos Anales e pelas ideias de educadores e psicólogos que propunham inovações para o desenvolvimento educacional e se opunham ao ensino tradicional. Aqui, no Brasil, essas novas ideias foram impulsionadas pelo movimento conhecido como Escola Nova, que defendia o acesso de todos à educação escolar, concebendo a ideia de que a educação deveria integrar os indivíduos à sociedade e, para isso, esse movimento propôs diferentes métodos de ensino que possibilitassem a construção do conhecimento pelo próprio estudante.

Schmidt, Barca e Garcia (2010) afirmam que, nesse cenário de mudanças, a didática da História juntou problemas relacionados a questões de ensino e aprendizagem com a percepção teórica dos processos e funções da consciência histórica, ou seja, conseguiu estabelecer conexões entre a História, a vida prática e o aprendizado. Esses autores (2010) sentenciam que:

A didática da história analisa agora todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar. (SCHIMIDT; BARCA; GARCIA, 2010, p. 21-32).

É importante destacar que essas discussões a respeito da didática da História no que se refere à conexão entre história, vida e aprendizado começaram na Alemanha Ocidental e se espalharam pela Europa, chegando ao Brasil, trazendo um novo olhar sobre a pesquisa, o ensino e o aprendizado da História. Nas últimas décadas, no Brasil, a historiografia e o processo de ensino-aprendizagem de História vêm sendo repensado, e passando por transformações. No entanto, essas transformações ainda são pouco expressivas, pelo fato de haver uma lógica conteudista impregnada nos currículos escolares, além da precariedade das condições de trabalho e formação dos professores.

A maioria dos currículos escolares e muitos manuais didáticos ainda seguem a

lógica do modelo quadripartite europeu, cujos conteúdos destacam principalmente acontecimentos políticos, numa perspectiva linear e eurocêntrica. Essa lógica se mantém na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que pauta o ensino de História a partir de alguns procedimentos básicos, entre os quais a “[...] identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico” (BRASIL, 2017, p. 367).

Quando o documento se refere à identificação dos eventos considerados “importantes” na história do Ocidente, já se está atribuindo juízo de valor a certos acontecimentos da história da humanidade, determinando que alguns acontecimentos devem ser explorados nas aulas de História em detrimento de outros. Essa seleção faz parte de uma mentalidade e de um ensino fortemente influenciados pelo eurocentrismo que, de acordo com Quijano (2010), é uma perspectiva cognitiva dos dominados sob a hegemonia eurocêntrica. Para esse autor (2010),

Desde o século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, no eurocentrismo foi-se afirmando a mitológica ideia de que a Europa era preexistente a esse padrão de poder, que já era antes um centro de poder mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outros núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos. (QUIJANO, 2010, p. 86).

A BNCC é o principal documento de referência curricular e a partir dele foram construídas as Diretrizes Curriculares do Estado de Mato Grosso (DRC-MT, 2018). Ao fazer uma análise desses documentos, é possível identificar que ambos seguem uma história linear, conteudista, quadripartite e eurocêntrica, que “padroniza” os objetos do conhecimento, ou seja, os conteúdos, e, em muitas situações, essa maneira de se pensar o Ensino de História não está alinhada às discussões que vêm sendo feitas por historiadores e educadores nos últimos anos. Além disso, o grande foco da BNCC está no desenvolvimento de habilidades e competências que os estudantes devem desenvolver a partir dos objetos do conhecimento e não no conhecimento histórico.

É interessante destacar que a BNCC de certa forma é contraditória, tendo em vista que o próprio documento reconhece a História como uma área do conhecimento

que dialoga com o tempo presente e com a realidade local, tendo como protagonista diferentes sujeitos. No entanto, estabelece habilidades e competências que devem ser desenvolvidas nos estudantes a partir do estudo dos objetos do conhecimento proposto pelo próprio documento, como se percebe neste trecho:

Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambos expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico. As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual. (BRASIL, 2017, p. 397).

Se as questões que levam a pensar sobre o que deve ser trabalhado em História, são questões do presente problematizadas e da realidade dos estudantes, considerando o seu contexto histórico-social, como um documento pode propor uma organização curricular única para as escolas de todo o país?

Ao propor a organização de um currículo único, a BNCC coloca em xeque a autonomia do professor para selecionar, a partir do presente problematizado e de um diagnóstico prévio da realidade dos estudantes, do que deve ser trabalhado na Disciplina de História. Essa padronização também dificulta o reconhecimento de diferentes narrativas acerca dos fatos históricos e a construção de outras narrativas a partir da pesquisa e da análise de fontes e documentos, contribuindo, dessa forma, para novas epistemologias da História.

Nesse sentido, percebe-se que, ao mesmo tempo em que a BNCC segue uma lógica de padronização dos conteúdos, os quais ela denomina como objetos do conhecimento, para que, dessa forma, todas as instituições de ensino tenham uma Base Curricular Comum, o documento também reconhece a importância desses conteúdos envolverem a realidade do aluno para terem significado. E, nesse sentido, é um grande desafio ao professor, com uma carga horária mínima, com condições de formação e trabalho precárias, trabalhar todos os objetos do conhecimento que a BNCC e a DRC - MT determinam e, ao mesmo tempo, desenvolver projetos inovadores, trazendo esse conhecimento para o cotidiano do estudante, para que esse conhecimento seja

significativo. De acordo com Bittencourt (2009),

A seleção de conteúdos escolares é um problema relevante que merece intensa reflexão, pois constitui a base do domínio do saber disciplinar dos professores. A escolha do conteúdo apresenta-se como tarefa complexa, permeada de contradições tanto por parte dos elaboradores das propostas curriculares quanto pela atuação dos professores, desejosos de mudanças e ao mesmo tempo resistentes a esse processo. (BITTENCOURT, 2009, p. 138).

A escolha dos conteúdos, que, na BNCC, estão denominados como objetos do conhecimento a serem trabalhados na Disciplina de história não é uma tarefa simples. Bittencourt (2009) aponta uma série de fatores que tornam essa escolha uma tarefa complexa, que vai desde a precariedade da rede pública escolar, o excesso de materiais didáticos, informações disponíveis nos meios de comunicação, a carga horária destinada à Disciplina na grade curricular, até a multiplicidade de temas que envolvem a História (história da mulher, história das religiões etc.) e as múltiplas interpretações desses temas no campo da historiografia.

Cabe ao professor, a partir de um diagnóstico da comunidade escolar e dos recursos disponíveis, definir os objetivos educacionais e os conteúdos que devem ser priorizados para que os estudantes compreendam conceitos, conheçam diferentes narrativas e construam suas próprias narrativas que, de certa forma, auxiliem-nos na compreensão da história e da realidade que os cerca. Também cabe ao professor desenvolver ações educativas que articule os diferentes sujeitos à epistemologia da História, formando nos alunos o que, segundo a professora e pesquisadora Maria Auxiliadora Schmidt (2017), Rüsen chama de “consciência histórica”:

A ‘consciência histórica’, para ele [Jörn Rüsen], é o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. Assim, a História tem uma função didática de formar a consciência histórica, na perspectiva de fornecer elementos para uma orientação, interpretação (para dentro – apropriação de identidades, e para fora – fornecendo sentidos para ação na vida humana prática). Esses pressupostos podem ser referenciais para concepções de aprendizagem que orientem propostas curriculares de história na sociedade contemporânea, incorporando, também, o pressuposto inegociável de que qualquer aprendizagem é autoeducação e inseparável da prática significativa da auto gestão, em que os jovens e crianças sejam agentes ativos de sua própria educação. (SCHMIDT, 2017, p. 64).

É possível perceber que, para Rüsen, não há aprendizagem histórica se os estudantes não se apropriarem de sua própria experiência. A História, como Disciplina curricular, deve possibilitar a construção de conhecimentos significativos para a própria vida do estudante e fornecer elementos para que este compreenda a sua realidade e suas ações. “A consciência histórica será algo que ocorre quando a informação inerte, progressivamente interiorizada, tornar-se parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com alguma consistência, como orientação do cotidiano” (BARCA; GARCIA; SCHMIDT, 2019, p. 16).

Rüsen (2010) afirma que o aprendizado histórico é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica e é impulsionado a partir de experiências e ações relevantes do presente que carecem de orientação e são transformadas em perspectivas questionadoras com respeito ao passado, que apreendem o potencial experiencial da memória histórica. Esse potencial vem a ser correlacionado com o passado a partir de questões do presente, tornando-se conteúdo próprio do ordenamento mental do sujeito, dessa forma, é um conhecimento que precisa ser formatado, questionado, negociado de maneira intersubjetiva, para finalmente se transformar em elemento de um discurso, no qual se constrói a identidade dos sujeitos que interagem entre si.

Schmidt (2017), ao analisar a matriz da Didática da História desenvolvida por Rüsen, na qual ele sugere a relação entre a vida prática dos sujeitos – professores e alunos – e a ciência da História, identifica que a vida dos sujeitos é o ponto de partida e de chegada do ensino dessa Disciplina. Partindo das carências e interesses dos sujeitos, há uma busca pelas teorias da aprendizagem, depositárias dos conceitos históricos, sejam eles os conteúdos ou os processos cognitivos do pensamento histórico (explicação e evidência histórica). A partir dessas carências, o professor desenvolve um percurso metodológico, pressupondo que o mesmo processo que constitui o conhecimento histórico deve ser percorrido na relação ensino e aprendizagem, nesse caso, o trabalho com as fontes históricas deve ser utilizado no processo investigativo e como método de ensino. O ensino e a aprendizagem se consolidam no momento em que tanto quem ensina quanto quem aprende assumem o estatuto narrativístico da ciência da história. Assim,

A narrativa histórica pode ser vista e descrita como uma operação mental constitutiva, com ela, particularidade e processualidade da consciência da história podem ser explicitadas didaticamente e constituídas como uma determinada construção de sentido sobre a experiência de tempo. O aprendizado histórico, pode, portanto ser

compreendido como um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem. (RÜSEN, 1994, apud RÜSEN, 2010, p. 43).

A narrativa histórica pode ser compreendida como uma operação mental agregada de valor, experiência e orientação temporal que dá sentido ao passado a partir de questões da vida prática. Rüsen (2010) afirma que a narrativa histórica é mais do que uma simples forma de historiografia, ela é um procedimento mental básico que dá sentido ao passado com a finalidade de orientar a vida prática através do tempo.

Cabe ainda destacar como a valorização da narrativa histórica a partir de diferentes perspectivas, tem contribuído para transformar o ensino da História. A narrativa histórica não segue um único modelo, “estas novas formas [de narrativas] incluem a micronarrativa, a narrativa de frente para trás e as histórias que se movimentam para frente e para trás, entre os mundos público e privado, ou apresentam os mesmos acontecimentos a partir de pontos de vista múltiplos” (BURKE, 1992, p. 347).

Bittencourt (2009) destaca que a História narra acontecimentos que precisam ser explicados e situados em determinadas problemáticas que levam a uma compreensão temporal, cuja intenção é se apropriar da realidade por meio da busca documental e do cuidado metodológico. Tanto na historiografia quanto no ensino de história, “a narrativa histórica é o ponto inicial, a partir dela existe a possibilidade de compreensão dos acontecimentos por meio das ações dos sujeitos” (BITTENCOURT, 2009, p. 144).

De acordo com Veyne (1971, p. 14-15) “a história é narrativa de acontecimentos: tudo o resto daí decorre. [...] A narrativa histórica coloca-se para além de todos os documentos, visto que nenhum deles pode ser o acontecimento [...]”. A narrativa histórica pode ir muito além do acontecimento, tendo em vista que, por trás do acontecimento que está sendo narrado, existe uma gama de relações que foram fundamentais para aquele acontecimento, relações que podem ser percebidas ou não, que podem ser interpretadas e agregadas à experiência do historiador e que contribuem para a reflexão e, conseqüentemente, para a reescrita constante da história.

Bittencourt (2009) também destaca que existe uma responsabilidade da narrativa histórica e que tal responsabilidade também existe no ensino, que essa narrativa decorre de uma determinada concepção histórica e não pode se limitar a despertar o interesse pelo passado nos estudantes, ela deve possibilitar a compreensão dos acontecimentos

por meio das ações dos sujeitos diante da análise de documentos, fazendo com estes desenvolvam a interpretação, a reflexão e indagações sobre os sujeitos e suas ações.

Além das narrativas serem uma forma muito mais atrativa de os(as) estudantes se apropriarem da história, elas possibilitam um envolvimento maior destes com a própria história, fazendo com que se identifiquem enquanto sujeitos construtores e personagens dessas narrativas. Tais narrativas contribuem para explicar muitos elementos da realidade fazendo um recorte temporal e um retorno ao passado a partir da própria realidade. O próprio estudante pode construir suas narrativas a partir de estudos de fontes e documentos com a mediação do professor em sala de aula, nesse processo, ambos desenvolvem uma atitude historiográfica.

Apesar dos documentos de referência curricular, BNCC e DRC-MT, estabelecerem os objetos do conhecimento, habilidades e competências que devem ser trabalhados no Ensino de História, cabe ao professor, juntamente com a comunidade escolar, planejar ações educativas para romper com a história eurocêntrica, reconhecendo as diferentes epistemologias da história a partir das múltiplas narrativas e do reconhecimento dos diferentes sujeitos que foram “apagados” da história em grande parte dos manuais didáticos, bem como valorizar a forma como esses sujeitos constroem a sua própria história a partir da análise de documentos e de vestígios que remetem ao passado.

Como o conhecimento histórico deve partir da realidade do estudante, é fundamental que este desenvolva um aprendizado sobre o processo cultural ao qual está inserido e que esse aprendizado contribua para a compreensão da sua realidade e para o reconhecimento de sua própria identidade. Percebe-se a importância do(a) estudante reconhecer-se enquanto sujeito histórico e ser protagonista do seu próprio aprendizado, no entanto, cabe ao(a) professor(a) criar situações para que este aprendizado aconteça e, uma proposta de ação educativa que possibilite esse aprendizado, como é o caso da Educação Patrimonial.

## 2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O Brasil é um País com tamanho continental e, devido ao seu processo de ocupação, possui como uma de suas principais características a diversidade étnica e, consequentemente, cultural.

Para compreender esta realidade, é fundamental reconhecer a diversidade cultural existente como uma das principais características da sociedade brasileira e conhecer a identidade dos diferentes sujeitos responsáveis pela construção dessa diversidade, partindo do lugar em que vivem - do micro para o macro –, a Educação Patrimonial pode ser um mecanismo que auxilia nessa proposta de ação educativa. Horta, Grunberg e Monteiro (1999) ressaltam que

A Educação Patrimonial é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e a valorização de sua cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

As autoras afirmam que a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” no qual estão inseridos, fazendo com que reconheçam a sua cultura inserida em uma trajetória histórico-temporal, assim como as demais culturas, aprendendo a valorizá-la.

O patrimônio cultural está estreitamente ligado com o modo de vida dos diferentes indivíduos de uma determinada comunidade. Bezerra (2020) também destaca que a Educação Patrimonial é uma dimensão da educação e o seu principal objetivo é promover a sensibilização sobre a importância do patrimônio e de sua preservação na formação de sujeitos e de sua própria história, para que estes sejam capazes de atuar na reivindicação de seus direitos e exerçam sua cidadania. A autora também chama a atenção para o fato de que a Educação Patrimonial reúne dois campos de conhecimento vastos e complexos: educação e patrimônio, portanto, depende das noções que se tem desses dois aspectos e, por ter um caráter educativo, não deve estar reduzida somente a uma metodologia e ter como única finalidade a preservação do patrimônio, mas, sim, ser mais ampla e ter um caráter transformador e emancipatório.

Ao discutir a questão patrimonial, é importante destacar que não se pode reduzi-la aos monumentos, construções ou elementos da cultura material de determinados grupos, que, devido a uma intencionalidade e ao contexto histórico, foram instituídos e selecionados como patrimônios para perpetuar e, de certa forma, impor uma memória coletiva. Essa visão de patrimônio ainda é muito presente em alguns materiais didáticos e marcou por muito tempo as práticas e processos de ensino de História no que se refere



à questão patrimonial.

O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas Instituições e Agentes Governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o **patrimônio vivo** da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6) [grifo das autoras].

A visão do Patrimônio Cultural Brasileiro resumida a alguns objetos e representações, relacionados à história do País, teve como eixos centrais um padrão de poder associado ao capitalismo eurocentrado, a colonialidade e a modernidade. Quijano (2010) destaca que o eurocentrismo não retrata exclusivamente a perspectiva dos europeus, ou dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia. Nessa perspectiva eurocêntrica, consolidou-se uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

Quijano (2010) também afirma que a hegemonia eurocêntrica na cultura do mundo capitalista, implicou uma maneira mistificada de perspectiva da realidade, quer se trate do ‘centro’ quer da “periferia colonial”. E essa visão faz parte do próprio imaginário da população do mundo colonizado, que vê certas ações e conhecimentos na “periferia colonial”, fadadas ao fracasso.

Nesse sentido, pode-se reconhecer que a Educação Patrimonial é uma ação educativa que busca romper com essa relação de poder, fazendo com que os indivíduos reconheçam os elementos e as diversas formas de manifestações culturais que fazem parte do seu cotidiano, da sua identidade e passem a valorizá-las como patrimônios culturais de sua comunidade.

Apesar de o patrimônio ser um campo vasto e complexo, para o IPHAN:

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam

as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. (2016, p.7).

O patrimônio cultural se forma a partir das referências culturais de um grupo e estas são transmitidas entre as gerações e é por meio delas, que o grupo se identifica e, ao mesmo tempo, quer ser reconhecido. No entanto, é importante destacar que nem todos os elementos que fazem parte da cultura de um lugar ou de um grupo são considerados patrimônio cultural. Figueira e Miranda (2012) chamam a atenção para as relações de poder que estão por trás dos bens patrimoniais instituídos e identificados pelos diversos grupos:

O patrimônio possui forte potencial para atribuição de identidades, sejam elas: individuais, coletivas, nacionais, étnicas, de gênero, entre outras. A definição do que possa ser ou não patrimônio de um grupo, nação ou mesmo da humanidade, estará sempre condicionada pelo resultado de relações de poder. As instituições políticas e de saber acadêmico, ou seja, as instâncias de julgamento e convencimento e as de saberes científicos, respectivamente, somadas à opinião pública, compõem o tripé a ser considerado na definição de bens patrimoniais. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 52).

A Educação Patrimonial, como ação educativa, faz parte tanto da educação formal quanto da educação informal e tenta romper com o paradigma de patrimônio como algo instituído por grupos dominantes, propondo que esses patrimônios sejam ressignificados e identificados pela própria comunidade como referência cultural. Dessa forma, é fundamental que o grupo reconheça e identifique os bens patrimoniais que são referências da sua cultura e fundamentais para a compreensão da sua própria identidade.

Bittencourt (2009) destaca que a educação patrimonial, que integra atualmente os planejamentos escolares, sensibiliza e convoca os professores de História a ampliar o olhar sobre as relações que a sociedade estabelece com o passado, como ele é preservado, o que é preservado e quem o preserva.

Faz-se necessário, em muitas situações, discutir com os estudantes sobre os bens patrimoniais que foram instituídos e ressignificá-los, além de investigar o que eles entendem por patrimônio e o que eles consideram como patrimônio cultural tendo como referência a sua própria cultura. É importante que eles reconheçam, entre os elementos

da sua comunidade, aqueles com os quais se identificam. Fronza (2016) sugere que:

A educação patrimonial na aula de História poderia promover um conhecimento escolar articulado à lógica histórica de construção da produção historiográfica. Isto porque existe a necessidade do professor-historiador, o qual deveria incorporar em suas aulas a operação historiográfica (os princípios e os métodos da ciência histórica) e ensinar aos estudantes modos de narrar historicamente. (FRONZA, 2016, p. 171).

O autor também discute a Educação Patrimonial como uma ação educativa que possibilita operações historiográficas a partir das diferentes interpretações e da multiplicidade de narrativas que se constituem da problematização e do estudo do patrimônio instituído. Ou seja, a Educação Patrimonial seria o ponto de partida para instigar os estudantes sobre o conhecimento histórico, partindo de questões referentes a sua própria cultura, elencando fontes e documentos que contribuem para a compreensão desse patrimônio e, com mediação do professor-historiador, construir narrativas que auxiliem na compreensão de sua própria realidade.

É importante que as pessoas de uma comunidade reconheçam sua identidade e os elementos que fazem parte da sua cultura nos bens patrimoniais, e, para isso, é fundamental envolvê-las nesse processo de escolha do que de fato é patrimônio. De acordo com Horta:

A expressão Educação Patrimonial, concebida como uma proposta metodológica e um tipo de ação social, visa analisar os bens culturais como fonte histórica, atrelando a ação direta na vida prática do sujeito, recuperando as conexões entre as gerações, promovendo a apropriação pelas comunidades e pelos estudantes de sua herança cultural, reforçando e desenvolvendo na escola, nos sistemas de educação formal e não formal, com crianças e adultos. (HORTA, 2000 apud ZARBATO, 2018, p. 8).

Horta (2000) propõe a Educação Patrimonial relacionada a uma ação social, pelo fato de ter uma ação direta na vida prática das pessoas de uma comunidade escolar, conectar as diferentes gerações e possibilitar a apropriação e o reconhecimento da sua cultura.

Ao pensar na Educação Patrimonial como uma ação social, percebe-se o quanto é importante e necessário utilizar essa proposta educativa em sala de aula para tornar o

conhecimento histórico significativo para os estudantes, possibilitando a eles o reconhecimento e a valorização da sua cultura e compreensão da sua própria realidade por meio da história.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999) também alertam que cada objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados. Nesse sentido, ao se desenvolverem essas temáticas em sala de aula, faz-se necessário definir e delimitar os objetos e metas da atividade, de acordo com os objetivos educacionais e os resultados que se pretende alcançar. Para isso, é importante o professor planejar previamente todas as atividades, problematizar a realidade para despertar o interesse dos estudantes, auxiliá-los nesse processo de observação e identificação dos bens patrimoniais e, posteriormente, orientá-los por meio de ações na exploração do objeto, para que eles desenvolvam a atitude historiográfica. A apropriação poderá ser avaliada pelo professor a partir das operações mentais agregadas de valor, experiência e orientação temporal, expressas por meio de narrativas desenvolvidas pelos estudantes. Dessa forma, a ação educativa desenvolvida pelo professor estará de acordo com as quatro etapas propostas pelas autoras: observação, registro, exploração e apropriação.

Reitera-se que a Educação Patrimonial é uma ação educativa que consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural que contribua para a compreensão da realidade dos estudantes e para o reconhecimento de sua própria identidade. Por meio do estudo do passado, a partir de situações e elementos da sua realidades, os estudantes poderão re/conhecer e compreender os elementos que fazem parte da sua cultura e valorizá-la.

Nesse sentido, o estudo dos lugares pode ser um ponto de partida para provocar situações de aprendizagem sobre o processo cultural. Os lugares de memória fazem parte da realidade das diferentes comunidades e, de acordo com Nora (1993), são lugares duplos: fechados sobre sua identidade, mas, constantemente, abertos sobre a extensão de suas significações.

### 2.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS LUGARES DE MEMÓRIA

A Educação Patrimonial contribui para o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural. O estudo desse patrimônio auxilia identificação do que de fato é patrimônio em uma determinada cultura e isso não é uma tarefa simples. Para o IPHAN,

o patrimônio cultural diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma sociedade ou comunidade os quais são acumulados ao longo de sua história e lhe conferem os traços de sua identidade em relação às outras sociedades ou comunidades.

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 216, indica que constituem o patrimônio cultural brasileiro uma diversidade de bens materiais e imateriais, que faz referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A legislação brasileira reconhece qualquer elemento dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira como patrimônio cultural. O grande desafio é fazer com que as próprias comunidades reconheçam e valorizem os elementos formadores da sua identidade como patrimônio.

Nesse sentido, reitera-se que a Educação Patrimonial é uma ação educativa que busca fazer com que os membros de uma determinada comunidade identifiquem e valorizem os bens patrimoniais que tem referência com a sua cultura e identidade. Para isso, a memória é essencial para esse reconhecimento e perpetuação das referências culturais e dos bens patrimoniais.

Le Goff (2013) afirma que a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, são as sociedades cuja memória social, oral ou as que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição.

“A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização da sua própria história. O dever da memória faz de cada um historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p. 17) . O autor também destaca que todos os grupos sociais, marginalizados pela história oficial, ou não, sentem a necessidade de buscar suas origens, de reconhecer os elementos que constituem suas referências culturais e tornar esses elementos conhecidos a outros grupos por meio da história.

A Educação Patrimonial está diretamente ligada à história local e, para conhecer essa história se recorre constantemente à memória individual e coletiva, que, em muitas situações se materializa nos lugares de memória. “A questão da memória impõem-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares de memória” (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

De acordo com Bittencourt (2009), além da memória das pessoas do local que são registradas por meio de depoimentos escritos e/ou pela oralidade, existem os lugares

de memória, lugares esses que podem ter sido criados por determinados indivíduos ou grupos que tenham interesse em preservar e relembrar uma determinada história. Nora (1993) menciona que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13).

Os lugares de memória nascem a partir do interesse em preservar algo que é impossível guardar na memória. De acordo com Nora (1993), o “lugar” passa a ser uma referência para uma história que não pode ser esquecida, ao mesmo tempo em que cabe à história tornar esse lugar, um lugar de memória. “A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória” (NORA, 1993, p. 21).

Ao mesmo tempo que a História se alimenta do estudo dos lugares da memória, são as narrativas históricas que tornam aquele lugar, um lugar de memória. Le Goff (2013) chama a atenção para os “verdadeiros” lugares da história, lugares que foram criados pela memória coletiva:

História que fermenta a partir do estudo dos ‘lugares’ da memória coletiva. ‘Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas, e os museus; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história’. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva. ‘Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória’ (LE GOFF, 2013, p. 433).

Alguns pontos que merecem uma atenção especial são a intencionalidade da criação desses lugares, quem são os indivíduos ou grupos que têm interesse na criação desses lugares de memória e que tipo de história querem contar e preservar.

Le Goff (2013) também destaca que os lugares de memória são estabelecidos pela memória coletiva e que essa memória, em muitas situações, não é uma conquista, mas, sim, um instrumento e um objeto de poder. Os lugares de memória podem ser lugares criados por uma memória coletiva para fazer perpetuar essa ideia de poder, uma história que deve ser hegemônica e não esquecida.

Ao trabalhar a Educação Patrimonial por meio dos lugares de memória é importante ter como critério a possibilidade da análise de diversos lugares e a participação efetiva da comunidade na identificação desses lugares, uma vez que eles alimentam a história local e, conseqüentemente, contribuem para o reconhecimento do patrimônio cultural e da identidade dos membros da própria comunidade.

Ao desenvolver ações didáticas que envolvam a história local e os lugares de memória com seus estudantes, o professor deve estar atento ao contexto, que tipo de memória coletiva aquele lugar quer preservar e se os estudantes reconhecem aquele lugar a partir de uma referência cultural ou por meio de narrativas que retratam a memória coletiva.

Bittencourt (2009) destaca que o importante é saber explorar historicamente qualquer lugar, fazer um direcionamento do olhar do estudante, levando-o a entender que aquele lugar é uma fonte de estudo e, ao mesmo tempo, uma visita ao lugar possibilita a produção de novas fontes de estudos como fotografias, depoimentos, ilustrações, entre outras, produzidas pelos próprios estudantes.

O estudo dos lugares de memória como fonte histórica contribui para o desenvolvimento de novas pesquisas e, conseqüentemente, novas narrativas acerca da história local, pois esses lugares fazem parte do patrimônio cultural da comunidade e precisam ser identificados, problematizados e explorados. “Por mais divergentes que as leituras possam ser, o patrimônio é mobilizado para justificar visões do passado, do presente e do futuro.” (CARVALHO; MENEGUELO, 2020, p. 26).

Ao fazer uma pesquisa diagnóstico com estudantes de uma escola municipal de Barra do Garças - MT, por meio de um questionário semiestruturado, constatou-se que cerca de 66% dos estudantes entrevistados não conhecem a história do município de Barra do Garças e, conseqüentemente, não identificaram lugares que têm relação com a história do lugar. Os 44%, restantes declararam conhecer a história do município e identificaram lugares relacionados a história do município, entre os quais, destacaram a praça da Matriz, a praça dos Garimpeiros, o Porto do Baé e uma pedra que está localizada no Porto, conhecida como pedra S.S Arraya .

Esses lugares fazem parte da memória coletiva das pessoas que habitam o lugar e têm relação com a história destes, são lugares que apresentam referências a acontecimentos ou elementos do passado e que, ao identificá-los e compreendê-los, é possível estabelecer relações desse passado com a realidade.

### 2.3.1 - Os lugares de memória relacionados à história local na percepção dos estudantes

#### 2.3.1.1- Porto do Baé

Um dos lugares reconhecidos pelos estudantes como lugar de memória e relacionado à história local foi o Parque Salomé José Rodrigues, conhecido como Porto do Baé. Localizado às margens do Rio Araguaia, além de estar relacionado à história do lugar, também é considerado um importante complexo turístico e de lazer.

**Figura 8** – Vista Aérea do Porto do Baé



Fonte: Google Maps

É possível identificar na imagem que o Porto possui uma rampa e escadas que dão acesso ao Rio Araguaia, uma arena onde acontecem eventos e exposições, o Centro de Cultura e Artes Valdon Varjão, além de diversos restaurantes, lanchonetes e bares. É um local onde acontecem diversos eventos culturais, manifestações, um local de lazer e apreciação do patrimônio natural.

O nome Porto do Baé está relacionado ao apelido dado a um morador daquele



local, muito conhecido por fazer a travessia das pessoas de barco pelo rio, como explica Flôres em seu depoimento:

*[...]De cima é o Porto da Jesse e lá em baixo Porto do Baé. Era um velhinho, ainda conheci muito ele. Ele tinha uma barraquinha lá, e eles chamavam ele Baé, porque ele é assim, baixinho, né? Porque tem aqueles porquinho baixo que chama baé. Então, eles apelidaram ele de Baé. Conheci ele, conheci a mulher dele, moravam numa barraquinha que tinha lá. Ele era passadô (fazia a travessia das pessoas no rio). Aí depois que fez a ponte, não precisou mais de passadô, né? Ele ficou morando lá, aí tem esse nome de Porto do Baé, né? Tinha o outro, que era o porto principal, na ponta da rua Antônio Cristino Côrtes, da rua descia lá (Porto da Jesse também conhecido como Porto da Gameleira, pois havia uma enorme gameleira no local). (CORREIA, 2016, p. 8).*

É possível perceber que os Rios Garças e Araguaia influenciaram a construção de narrativas identitárias. Muitas narrativas acerca da história e da literatura regional destacam os rios e a paisagem natural como cenário. Para Leal (2020), o patrimônio natural é uma categoria do patrimônio cultural, pois aciona valores diversos e uma leitura dos elementos naturais por meio dos aspectos culturais estabelecidos pelos grupos sociais que se relacionam com os elementos naturais.

Os vestígios indicam que os primeiros grupos humanos a ocupar a região se fixaram, mesmo que temporariamente, às margens dos rios. Os vestígios de material lítico encontrados, como ferramentas feitas de pedra, que possivelmente pertenceram aos primeiros habitantes da região, foram encontrados nas praias que se formam às margens dos rios ou em propriedades também próximas aos rios, como foi relatado no primeiro capítulo.

Os primeiros indígenas que habitaram a região também se fixaram próximo aos rios. A presença desses grupos na região foi constatada por objetos como urnas funerárias encontradas em escavações feitas na proximidade do Porto do Baé e no Bairro Cidade Velha.

Posteriormente, ocorreu a chegada de garimpeiros na região e de migrantes vindos de diversas regiões que se dedicaram a outras atividades (agricultura, prestação de serviços e comércio), as primeiras habitações, o povoamento nesse período se intensificou nas proximidades desses rios.

No Porto do Baé, também fica exposta a Pedra S.S. Arraya, tombada pelo Patrimônio Público Municipal. Além de possuir alguns sinais que possivelmente foram

feitos pelos primeiros habitantes da região, a pedra possui a inscrição “S.S.Arraya 1971”. De acordo com Varjão (1985), a pedra representa a estória do frasco de diamantes que foi enterrado por Simião da Silva Arraya, quando regressava da Guerra do Paraguai. A procura por esse tesouro lendário atraiu muitos moradores para a região, os quais nunca encontraram a tal garrafa, mas deixaram suas contribuições que caracterizam a diversidade cultural existente no município. Segundo Godoi (2007),

A presença do diamante na ideia geral de formação da cidade de Barra do Garças é tão presente que pode ser vista primariamente por aqueles que pelo centro da cidade estão passando. Sua presença consciente já está presente num inconsciente social. A finalidade da escrita é produzir uma sociedade conformada, porque uma narrativa como esta busca exclusivamente as semelhanças (em caso especial, do grupo coletivo que predominava a partir da década de 1930). Essa sociedade aparece na escrita do cronista e memorialista como um fenômeno a ser entendido a partir de uma (re)construção. (GODOI, 2007, p.63-64).

A figura do garimpeiro ocupa papel de destaque nas narrativas acerca da história do município e, de acordo com Godoi (2007), foi uma narrativa construída com base em um grupo que predominou na região na década de 1930 e pela necessidade de associar o passado da cidade à riqueza proporcionada pela exploração de diamantes. Essas narrativas apresentam uma visão acerca da história do lugar e que acabaram sendo hegemônicas na memória coletiva e se materializar com a criação dos lugares de memória, como a Praça dos Garimpeiros.

#### 2.3.1.2 - Praça dos Garimpeiros

A Praça dos Garimpeiros, localizada na Avenida Ministro João Alberto, passou a ser assim denominada a partir da Lei Municipal 1.982 de 13 de Agosto de 1997, antes, era praça Tiradentes.

A Praça fica localizada em local de muita visibilidade, no centro da principal avenida da cidade, sendo utilizada também como rotatória. Na Figura 9, é possível identificar alguns elementos que fazem e outros que faziam parte da Praça, o garimpeiro no centro, a onça pintada e os índios nas extremidades.

**Figura 9** – Praça dos Garimpeiros, 2003



(Foto da Praça dos Garimpeiros-maio de 2003 - BORGES, Águeda Aparecida da Cruz – Disponível em: <http://docplayer.com.br/58657139-Indios-xavante-x-nao-indios-na-cidade-de-barra-do-garcas-mt-gestos-de-interpretacao-discursiva.html>. Acesso em: 21 mar. 2021.)

Essa disposição dos monumentos na Praça intrigou os moradores e possibilitou múltiplas interpretações:

*[...] O que se vê são bloqueios, preconceitos repassados pela própria ocupação do espaço de Barra do Garças. Então aquele espaço ocupado é preciso excluir o que estava ali, ele precisa sair para que outro que está chegando ocupe esse espaço. A questão que a gente percebe são monumentos da cidade que a gente percebe: a praça central aonde o garimpeiro que chega, ele chega de costas para onde ele está vindo. Ele, o monumento chega de costas para onde ele veio e não de costas de onde ele veio. Isso é bem visível aqui com a questão do mato-grossense. Agora que chama mais a atenção é que onde está a praça em círculo, o garimpeiro está no centro e as imagens do índio caindo nas pontas sob a alegação de que aquilo lá é uma proteção de carro batido, então ele está ali caindo pelas calçadas. Está ali para ganhar porrada e aí a gente percebe como é esse imaginário barra-garcense em relação aos Xavante é construído [...] (ROSA,2008, p. 53).*

Além da interpretação de um morador, Rosa também destaca a interpretação de um grupo de professores a respeito dos elementos e monumentos que foram representados e como trabalhariam a história local a partir da representação da Praça. “Os professores foram unânimes em afirmar que, na praça, estavam homenageados os

índios, primeiros moradores da região e os garimpeiros que vieram depois.” (ROSA, 2008, p. 52).

Em 2007, as estátuas dos índios foram retiradas e atualmente somente o monumento do garimpeiro ocupa a posição central da Praça. De acordo com pessoas envolvidas com o acontecimento na época, as estátuas dos indígenas foram retiradas a pedido dos próprios indígenas, é o que afirma Rosa:

Segundo relatou uma das conselheiras municipais de turismo, as estátuas foram retiradas, como forma de atender a um abaixo-assinado, coordenado pelo Cacique Raimundo, da Aldeia São Marcos, localizada na Terra Indígena São Marcos, sob a alegação de que estavam em avançado estágio de deterioração pela ação do tempo e das batidas constantes de carro (as estátuas se localizam em uma rotatória). Nessas condições, se tornavam ofensivas ao povo A’uwê Uptabi [...] (ROSA, 2008, p. 53).

Atualmente, pode-se observar que as estátuas dos indígenas não fazem mais parte dos monumentos expostos na Praça.

**Figura 10** – Praça dos Garimpeiros, 2015



(Praça dos Garimpeiros – Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Imprensa/Galeria-Fotos/Praca-dos-garimpeiros>. Acesso em: 10 mar. 2021.)

A Praça pode ser identificada como um lugar de memória, que destaca e fortalece a narrativa da figura do garimpeiro como um personagem central da história local, ao mesmo tempo, coloca as margens ou invisibiliza outros sujeitos que foram

fundamentais para a construção identitária do lugar.

Ao trabalhar com os lugares de memória como fonte histórica, o(a) professor(a) deve estar atento(a) a essas questões acerca do lugar: Que tipo de memória aquele lugar preserva? Quem tem interesse em preservar essa memória? Quais grupos estão sendo silenciados por essa memória?

No caso específico da Praça dos Garimpeiros algumas questões podem ser discutidas em sala de aula: Qual a intencionalidade de colocar o garimpeiro no centro e os índios nas extremidades? Por que os índios solicitaram a retirada das estátuas? Que outros sujeitos poderiam estar representados por meio de monumentos?

Tais questionamentos podem levar os estudantes a desenvolver hipóteses, analisar fontes históricas e ter um outro olhar sobre o patrimônio instituído, além de identificar quais sujeitos foram invisibilizados pelo patrimônio e quais ganharam lugar de destaque.

Por meio do estudo desses lugares, percebe-se que experiências e ações relevantes do presente, que carecem de orientação, tornam-se questionadoras do passado e, dessa forma, impulsionam o aprendizado histórico e conseqüentemente, o desenvolvimento da consciência histórica.

### CAPÍTULO III

#### **METODOLOGIA DO ENSINO DA HISTÓRIA SOB O OLHAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL: LUGARES DE MEMÓRIA DE BARRA DO GARÇAS**

A partir das pesquisas realizadas acerca da Educação Patrimonial e da história de Barra do Garças foram produzidos dois materiais didáticos para auxiliar professores da Educação Básica.

O primeiro material, *Caderno de Oficinas Pedagógicas*, apresenta conceitos, metodologias e recursos para trabalhar a Educação Patrimonial, a história e os lugares de memória do município de Barra do Garças-MT. Tais oficinas foram pensadas como ações educativas afim de facilitar a compreensão sobre os processos culturais e a identidade dos sujeitos que integram a comunidade escolar, colocando o(a) estudante como protagonista do ensino-aprendizagem.

O segundo material, *Guia didático-histórico para professores: Patrimônios Culturais do município de Barra do Garças – MT*, traz textos informativos, imagens e sugestão de vídeos, além de orientações aos professores para explorar os textos e ampliar o olhar dos estudantes acerca do patrimônio material e imaterial do município. O Guia aborda algumas das novas categorias de patrimônio, cujo objetivo é levar professores e estudantes a refletir, identificar e valorizar os diferentes patrimônios culturais que estão diretamente ligados a realidade e a identidade dos sujeitos que integram a comunidade escolar.

Universidade Federal de Mato Grosso  
Instituto de Geografia, História e Documentação  
Departamento de História  
Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória)

## **CADERNO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS**

Educação Patrimonial



Cuiabá-MT

2021

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	3
<b>PLANEJAMENTO E METODOLOGIA DAS OFICINAS</b> .....	4
<b>OFICINAS PEDAGÓGICAS</b> .....	7
<b>OFICINA 01 – RECONHECENDO OS BENS PATRIMONIAIS PRESENTES E RELEVANTES NA IDENTIDADE DO GRUPO SOCIAL</b> .....	7
Público alvo .....	7
Objetivos .....	7
Carga horária .....	7
Recursos .....	7
Orientações Metodológicas .....	7
Avaliação .....	10
<b>OFICINA 02 – IDENTIFICAR E INVENTARIAR OS LUGARES QUE SÃO REFERÊNCIAS CULTURAIS NA COMUNIDADE ESCOLA</b> .....	11
Público alvo .....	11
Objetivos .....	11
Carga horária .....	11
Recursos .....	11
Orientações Metodológicas .....	11
Avaliação .....	11
Mapa do centro da cidade de Barra do Garças MT .....	14
Ficha para identificação e descrição dos lugares .....	15
Ficha para organização das fontes pesquisadas .....	18
Ficha com instruções para roteiro das entrevistas .....	19
Produzindo uma narrativa histórica .....	20
<b>OFICINA 03 – INTERPRETANDO E ANALISANDO UM LUGAR DE MEMÓRIA: PRAÇA DOS GARIMPEIROS – BARRA DO GARÇAS – MT</b> .....	21
Público alvo .....	21
Objetivos .....	21
Carga horária .....	21
Recursos .....	21
Orientações Metodológicas .....	21
Avaliação .....	27
Produzindo uma narrativa histórica .....	28
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>FONTES</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31



## APRESENTAÇÃO

As Oficinas Pedagógicas que integram este material são resultado das reflexões, estudos e pesquisas acerca do ensino de História desenvolvidas no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. As reflexões e os estudos iniciais levaram à escolha da linha de pesquisa *Saberes Históricos em diferentes espaços de Memória* e, na sequência, à pesquisa, que resultou na dissertação intitulada *Educação Patrimonial: História, Patrimônio Cultural e os Lugares de Memória do município de Barra do Garças-MT*.

Assim, as Oficinas Pedagógicas são produto da dissertação e foram propostas com o objetivo de auxiliar os(as) professores(as) de História da Educação Básica a trabalhar com a temática Educação Patrimonial, que, como ação educativa, consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural, a fim de contribuir para a compreensão da realidade dos estudantes e para o reconhecimento de sua própria identidade. Por meio do estudo do passado, a partir de situações e de elementos da realidade dos alunos, eles poderão re/conhecer e compreender a sua própria cultura, a cultura da comunidade em que vivem, valorizar sua identidade e, conseqüentemente, construir sua cidadania.

Desse modo, os elementos e situações relevantes que fazem parte da vida dos estudantes e da comunidade escolar, devem ser reconhecidos enquanto bens patrimoniais. O Patrimônio Cultural é aquilo que é produzido, significado pela população e se torna relevante para a comunidade onde vive. Compreender o significado de Patrimônio Cultural e romper com a ideia de patrimônio somente como algo monumentalizado é fundamental para o entendimento e a valorização dos diferentes sujeitos, sua própria história, não deixando de valorizar todos os sujeitos que dela fazem parte.

Vale ressaltar que as Oficinas foram planejadas a partir da matriz da Didática da História, desenvolvida por Jorn Rüsen, na qual o conhecimento histórico é construído tendo como protagonistas professores e estudantes, os quais tem como ponto de partida a sua própria realidade. Como esse conhecimento nasce de uma atitude investigativa, eles, os estudantes e docentes reconhecem e analisam as fontes históricas à luz de conceitos e evidências já consolidados, construindo narrativas que os auxiliam na compreensão da própria realidade.

Assim, o objetivo das Oficinas é auxiliar os(as) professores(as) de História da Educação Básica a trabalhar com a temática educação patrimonial em sala de aula, para que possam instruir os estudantes para a compreender o conceito de patrimônio e, assim, conseguirem reconhecer os bens patrimoniais que fazem parte da sua identidade e da sua cultura.

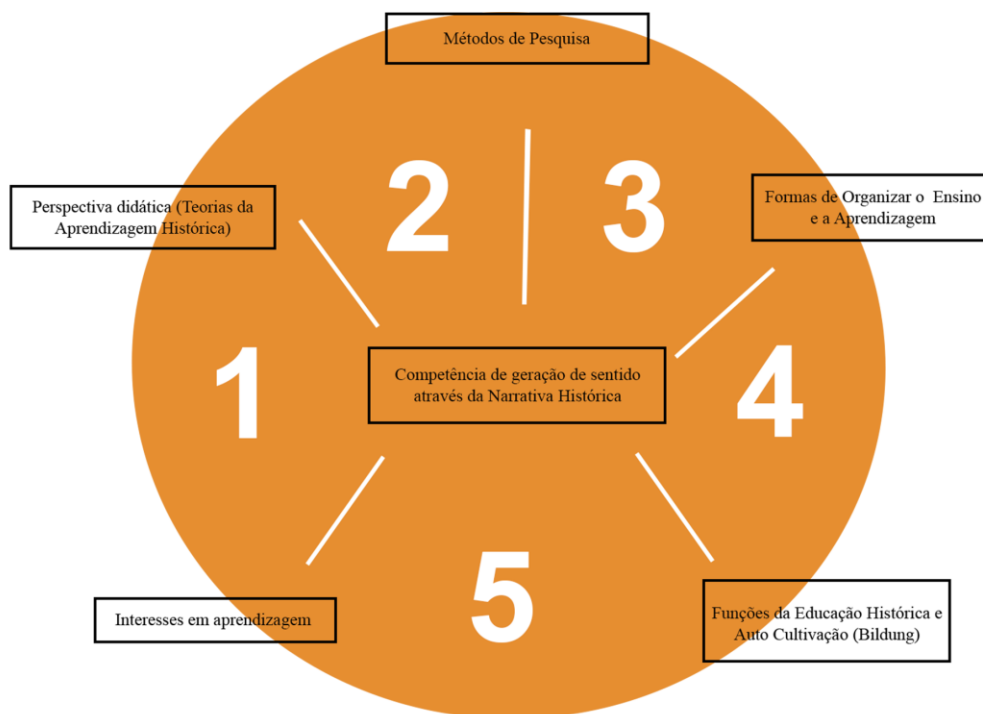
É importante destacar, porém, que as Oficinas são apenas uma sugestão, cabendo ao(a) professor(a) adaptá-las ao seu contexto escolar e desenvolver novas propostas de oficinas para trabalhar com essa temática a partir das necessidades da sua comunidade escolar e dos componentes curriculares propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas diretrizes curriculares de seu estado e/ou município, no que se refere à disciplina de História.



## PLANEJAMENTO E METODOLOGIA DAS OFICINAS PEDAGÓGICAS

Ao desenvolver as Oficinas Pedagógicas em sala de aula a partir desse material, o(a) professor(a) utilizará, como aporte teórico a matriz da Didática da História desenvolvida por Jorn Rüsen e, como metodologia, um conjunto de processos educativos formais acerca da Educação Patrimonial.

Esta é a Matriz da Didática da História desenvolvida por Jorn Rüsen (2016):



(Fonte: RÜSEN, Jörn, 2016, apud SCHMIDT, 2017, p.63)

Para Schimidt (2017), a Matriz da Didática da História desenvolvida por Jorn Rüsen, sugere a relação entre a vida prática dos sujeitos - professores e estudantes – e a ciência da História, pois ela é o ponto de partida e de chegada do ensino desta disciplina. Partindo das carências e interesses dos sujeitos, há uma busca pelas teorias da aprendizagem embasadas nos conceitos históricos, sejam eles os conteúdos ou os processos cognitivos do pensamento histórico (explicação e evidência histórica). O percurso metodológico pressupõe que, na relação ensino e aprendizagem, deve ser percorrido o mesmo processo que constitui o conhecimento histórico, nesse caso, o trabalho com as fontes históricas deve ser utilizado no processo investigativo enquanto método de ensino. O ensino e a aprendizagem se consolidam quando, tanto quem ensina quanto quem aprende, assumem o estatuto narrativístico da ciência da história.

As ações educativas, que contemplam esse material, também estão alicerçada na Educação Patrimonial. Horta, Grunberg e Monteiro (1999) afirmam que a Educação Patrimonial:

[...] trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.' A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Essa ação educativa visa analisar os bens culturais enquanto fonte histórica, atrelando a ação direta na vida prática do sujeito, a fim de recuperar as conexões entre as gerações e promover, tanto para os estudantes quanto para a comunidade escolar, a apropriação de sua herança cultural. É importante que o(a) professor(a) perceba que cada objeto ou evidência da cultura traz em si uma multiplicidade de aspectos e significados. Nesse sentido, ao trabalhar com a Educação Patrimonial em sala de aula, faz-se necessário definir e delimitar os objetos e metas da atividade de acordo com os objetivos educacionais e com os resultados que se pretende alcançar. Para isso, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 9) propõem um trabalho por meio de quatro etapas:

- 1) Observação: exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive... Os objetivos dessa etapa são identificação do objeto/função/significado e desenvolvimento da percepção visual.
- 2) Registro: desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ... Os objetivos dessa etapa são a fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica e o desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
- 3) Exploração: Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas. O objetivo dessa etapa é o desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
- 4) Apropriação: recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo. O objetivo dessa etapa é o envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

A partir da observação da realidade na qual o(a) estudante está inserido, ele(a) poderá reconhecer os elementos que fazem parte da sua cultura, refletir sobre a função e o significado desses elementos e, em seguida, fazer o registro da percepção. Posteriormente, o(a) estudante deverá explorar o objeto a partir de outras fontes que o auxiliem nesta compreensão.

Nesse processo, o trabalho com fontes é essencial para a produção do conhecimento histórico, um contexto e, para compreendê-lo, faz-se necessário analisar outras fontes. Após essas

## OFICINAS PEDAGÓGICAS

### OFICINA 01 – RECONHECENDO OS BENS PATRIMONIAIS PRESENTES E RELEVANTES NA IDENTIDADE DO GRUPO SOCIAL



#### Público alvo

A *Oficina Reconhecendo os bens patrimoniais presentes e relevantes na identidade do grupo social* é uma proposta pedagógica que pode ser trabalhada com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental (8º e 9º anos), aplicáveis também ao Ensino Médio.

#### Objetivos

Essa Oficina tem como objetivos proporcionar aos estudantes o conhecimento do conceito de Patrimônio Cultural segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ao Artigo 216 da Constituição Federal. A partir da compreensão desse conceito, fazer com que os alunos sejam capazes de identificar os bens patrimoniais responsáveis pela formação de sua identidade e da cultura de sua comunidade, bem como promover a produção de novos conhecimentos sobre a dinâmica cultural, por meio de ações de observação, registro, exploração, apropriação e, conseqüentemente, de valorização e preservação e ampliação do patrimônio cultural da comunidade local.

#### Carga horária

Serão necessárias 3 ou 4 horas-aula de 50 minutos, dependendo da quantidade de estudantes da turma.

#### Recursos

Para a realização dessa Oficina, serão necessárias fotografias impressas ou digitais, lápis ou caneta para todos os participantes, folhas de cartolina ou qualquer outro tipo de papel para a confecção de um painel físico (uma unidade para cada grupo), ou celulares e computadores com Internet para acessar o aplicativo *padlet* (painel digital), disponível no endereço eletrônico: <https://pt-br.padlet.com/>, e também textos impressos ou Datashow para projetar os textos.

#### Orientações metodológicas:

Fazer uma análise dos saberes prévios dos estudantes é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. Frente a isso, o(a) professor(a) deverá questioná-los para verificar o que eles entendem por Patrimônio Cultural. Para evitar que o(a) professor(a) faça somente uma pergunta objetiva, o uso de imagens pode auxiliar os estudantes a refletir sobre a questão do patrimônio. No entanto, para a leitura das imagens faz-se necessário apresentar aos estudantes as diferenças entre Cultura Material e Imaterial.

A Cultura Material e Imaterial representam os dois tipos de Patrimônio Cultural, e, juntos, constituem a cultura de determinado grupo ou povo. O Patrimônio

Cultural Material está associado aos elementos materiais e, portanto, é formado por elementos palpáveis e concretos, por exemplo, obras de arte e igrejas etc. Já o Patrimônio Cultural Imaterial está relacionado aos elementos espirituais ou abstratos, por exemplo, os saberes e os modos de fazer. Ambos possuem aspetos simbólicos, posto que carregam a herança cultural de determinado povo, ao mesmo tempo que promovem sua identidade. (Disponível em: <https://cvunesco.org/cultura/patrimonio-materia?showall=1>. Acesso em: 27 Abril 2021).

Para a realização dessa Oficina, recomenda-se a utilização de imagens que retratem referências culturais da comunidade escolar. Seguem algumas sugestões:

**Foto: Galinhada tradicional**



Fonte: Revista Sociedade da Mesa. Disponível em <https://revista.sociedadedamesa.com.br/2017/04/de-uma-galinha-faz-se-uma-galinhada/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

**Foto: Viola de cocho**



Foto disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/mt>. Acesso em: 02 fev. 2021

**Foto: Festa de Santo Antônio – Padroeiro da Cidade de Barrado Garças**



Fonte: Jornal Semana 7. Disponível em: <https://www.semana7.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

**Foto: Pedra S.S. Arraya – Barra do Garças Patrimônio Público Municipal**



Fonte: Arquivo pessoal.

O(a) professor(a) deverá apresentar aos estudantes as imagens e instigá-los a construir um conceito de Patrimônio Cultural a partir dos elementos que estão representados nas imagens, destacando o papel da comunidade na produção, significado e reconhecimento dos bens patrimoniais.

Posteriormente, faz-se necessário que o professor apresente aos alunos o conceito de Patrimônio Cultural e o discuta com eles. Para tanto, o(a) professor(a) pode apresentar o conceito estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

O conceito de patrimônio, na cultura ocidental moderna, de modo geral, se refere a uma gama de coisas, bens de grande valor para pessoas, comunidades ou nações ou para todo o conjunto da humanidade. Patrimônio cultural remete a riqueza simbólica, cosmológica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades, e que é transmitida como herança ou legado. Diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma sociedade ou comunidade que são acumulados ao longo de sua história e lhe conferem os traços de sua identidade em relação às -outras sociedades ou comunidades. A proteção deste patrimônio comum à toda a humanidade – a diversidade cultural – é desenvolvida por políticas públicas e instituições específicas em cada Estado-Nação, e por meio de organismos internacionais que promovem convenções, acordos e programas de cooperação internacional para este fim.

Depois, apresenta o Artigo 216 da Constituição Federal, que estabelece o que constitui o Patrimônio Cultural Nacional:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. [...]

(BRASIL, 1988)

Após a análise e discussão da dimensão do Patrimônio Cultural, o(a) professor(a) solicita aos estudantes que, para o próximo encontro, tragam fotografias ou desenhos de lugares, objetos, formas de expressão, hábitos etc., com o objetivo de fazê-los reconhecer esse Patrimônio como referencial para a sua identidade e para a de seu grupo, inserido em um determinado tempo e espaço.

Na aula seguinte, o(a) professor(a) deverá pedir que cada estudante cole a escolhida imagem no painel; na sequência, pede que cada um escolha uma imagem que tenha relação com a sua e faça uma linha ligando uma imagem à outra. Esse painel poderá ser feito de maneira digital, para isso, apresenta-se este tutorial, disponível na Plataforma do *Youtube*:



(<https://www.youtube.com/watch?v=-5uUe9Tzyyo>)

Na sequência, o(a) professor(a) organizará a turma em grupos de quatro integrantes e solicitará que escolham quatro imagens. Os estudantes serão orientados para que analisem as imagens, observando as minúcias e seu significado, tendo em vista que elas devem ser entendidas de forma polissêmica, ou seja, com uma multiplicidade de símbolos e interpretações. O(a) professor(a) também deverá destacar que as imagens são representações de como uma realidade social é construída, uma vez que elas definem maneiras de ser e agir, projetam ideias, gostos, valores estéticos e morais e trazem experiências do cotidiano.

Para finalizar, o(a) professor(a) solicita que cada grupo socialize com os demais a compreensão que teve das imagens, se uma imagem possui relação com as outras e o porquê de tê-las escolhido. Os autores das imagens também deverão se manifestar explicando porquê escolheram aquele objeto, forma de expressão, hábito etc. retratado pela imagem. É importante que o(a) professor(a), como mediador(a), reflita com os estudantes que se apropriar de seu patrimônio é se identificar nele, é perceber que esse patrimônio representa a identidade de um grupo que teve um passado em comum e que o Patrimônio Cultural está diretamente ligado às pessoas e suas ações no cotidiano e, portanto, precisa ser preservado e valorizado.

### **Avaliação**

Para avaliar a atividade, o(a) professor(a) poderá observar o grau de apropriação e envolvimento dos participantes em relação aos conceitos e aos bens culturais analisados.

## OFICINA 02 – IDENTIFICAR E INVENTARIAR OS LUGARES QUE SÃO REFERÊNCIAS CULTURAIS NA COMUNIDADE ESCOLAR



### Público alvo

A Oficina *Identificar e inventariar os lugares que são referências culturais na comunidade escolar* é uma proposta pedagógica a ser trabalhada com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental (8º e 9º anos) e também do Ensino Médio.

### Objetivos

Essa Oficina tem como principal objetivo construir com os estudantes um Inventário Participativo, utilizando como objeto os lugares que constituem referências culturais da comunidade escolar. Para a construção desse Inventário, os estudantes deverão identificar, observar e explorar, por meio de visita a campo e também por meio de pesquisa, os lugares que são referências culturais na sua unidade escolar. A partir do conhecimento e das informações obtidas e organizadas no inventário, os estudantes deverão construir narrativas sobre os lugares, demonstrando a apropriação do conhecimento do bem cultural.

### Carga horária

Serão necessárias 8 a 10 horas-aula de 50 minutos, dependendo da quantidade de estudantes da turma e dos lugares que serão explorados durante as aulas de campo.

### Recursos

Para a realização dessa Oficina, serão necessárias cópias dos mapas, das fichas e da folha de atividades impressas, anexas a este material. Serão necessários, para cada grupo, lápis ou caneta para todos os estudantes, máquina fotográfica ou filmadora, computador ou celular com acesso à Internet para pesquisa eletrônica.

### Orientações metodológicas:

Para iniciar a conversa com os estudantes, o(a) professor(a) pode fazer os seguintes questionamentos:

- ✓ Vocês conhecem a história da nossa cidade?
- ✓ Se você fosse mostrar Barra do Garças para algum amigo ou parente, que mora em outra cidade e veio fazer uma visita, em quais lugares o levaria?
- ✓ Se ele perguntasse alguma informação sobre algum lugar, você saberia responder

Em seguida, o professor deverá organizar a turma em grupos de quatro ou cinco integrantes; entregar para cada grupo o mapa do centro da cidade de Barra do Garças e solicitar que destaquem, em cada mapa, os lugares que constituem referências culturais comuns para o grupo e, posteriormente, apresentar aos demais, explicando porque cada lugar foi escolhido.



Na sequência, solicitar que cada grupo escolha um lugar a ser explorado na aula de campo. A partir dos lugares selecionados pelos estudantes, o professor deverá organizar uma aula nos locais, para que os estudantes visitem, observem, explorem e registrem os lugares destacados.

Antes da saída a campo, é necessário que o professor trace um itinerário dos lugares que serão observados e explorados, apresente aos estudantes as fichas que deverão ser preenchidas e discuta com eles cada item delas, destacando que, caso o lugar não apresente qualquer informações solicitadas na ficha, elas poderão ficar em branco, ou os estudantes poderão fazer pesquisa eletrônica em *sites* da Internet que apresentem informações sobre o lugar. Seguem alguns endereços eletrônicos como sugestão:

- ✓ <https://araguaianoticia.com.br/>
- ✓ <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/>
- ✓ <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/>
- ✓ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-garcas/>
- ✓ <https://www.olhardireto.com.br/>
- ✓ <https://portalmatogrosso.com.br/>
- ✓ <https://www.semana7.com.br/>
- ✓ <https://valdonvarjao.com.br/>

É importante que o(a) professor(a) oriente que, em todos os sites listados, os estudantes poderão buscar informações por meio de palavras-chave. Outra orientação é que preencham a ficha em relação às fontes pesquisadas. Além disso, caso façam entrevistas com pessoas que tenham relação com o lugar pesquisado, é fundamental também o preenchimento da ficha disponível com as informações obtidas no momento da entrevista. Essas fichas, além de orientar as atividades de observação e exploração do objeto pesquisado, também são documentos que podem servir para estudos posteriores.

Durante a aula-campo, o(a) professor(a) deverá orientar os estudantes a observar o lugar; fazer registros do objeto/lugar observado por meio de fotografias e desenhos; explorar a tendo por base as informações solicitadas na ficha de identificação e descrição dos lugares e dialogar com as pessoas que tenham relação com ele. O(a) professor(a) deve orientar ainda os estudantes que optarem por fazer entrevistas, pois eles deverão seguir um roteiro (sugerido na ficha ou outro a critério do grupo) para que haja uma organização dos assuntos. No entanto, não devem se preocupar em seguir à risca os campos da ficha, o importante é fazer com que a entrevista ocorra de maneira descontraída e agradável. Caso o grupo queira filmar ou fotografar, deverá pedir permissão à pessoa entrevistada.

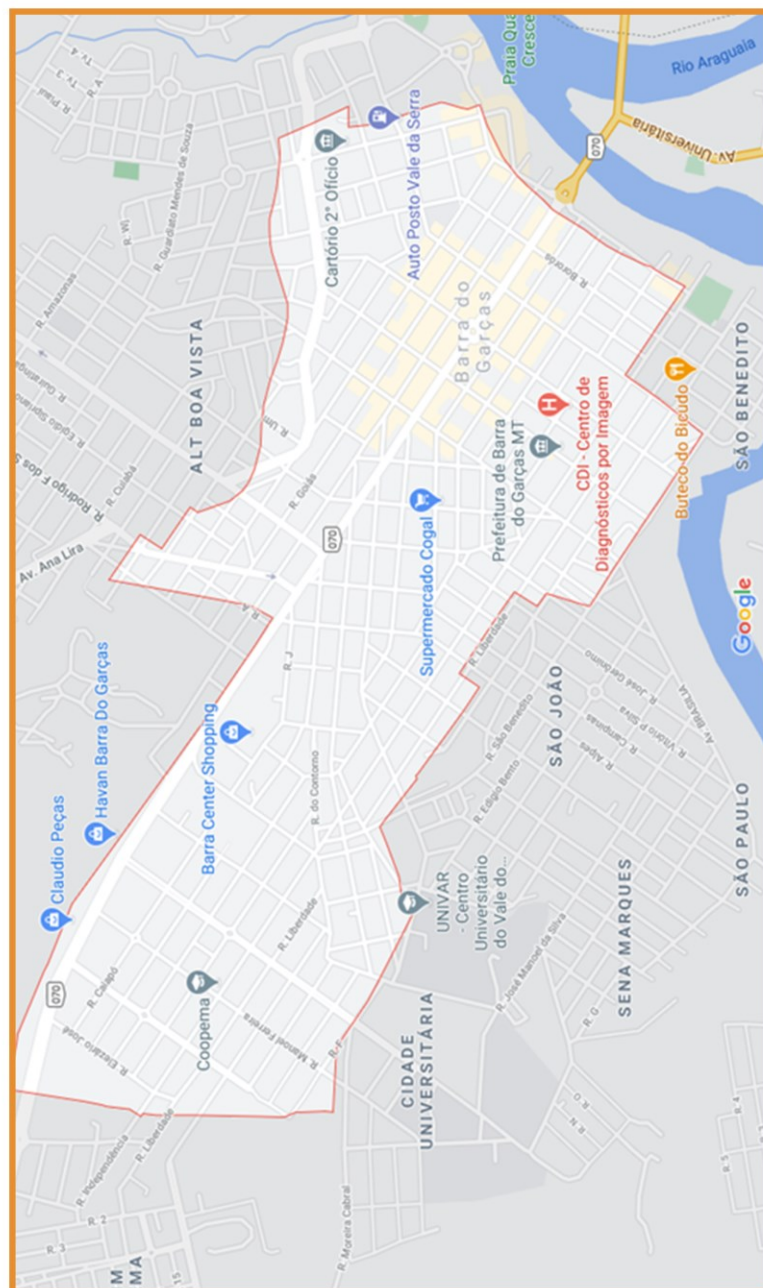
Ao retornarem à escola após a visita-campo, é importante que o(a) professor(a) oriente os estudantes a revisar as informações descritas nas fichas, organizar as fontes de pesquisa e os documentos produzidos. Na sequência, propor que cada grupo construa uma Narrativa Histórica

sobre o lugar, a partir das informações obtidas e respondendo à seguinte problemática: Por que aquele lugar é uma referência cultural no município de Barra do Garças? A foto ou o desenho podem ser anexados à narrativa. É importante que elas sejam socializadas para toda a comunidade escolar, e o(a) professor(a) pode organizar um momento cultural ou expor as narrativas em um mural da escola.

### **Avaliação**

Para avaliar a atividade, é importante que o(a) professor(a) esteja atento ao envolvimento dos estudantes em todas as atividades propostas, no que se refere à observação, exploração e produção dos documentos em relação ao objeto de estudo, que é um bem cultural. As narrativas construídas e socializadas pelos estudantes serão fundamentais nesse processo avaliativo, tendo em vista que, por meio delas, o(a) professor(a) poderá avaliar a apropriação do conhecimento em relação ao bem cultural por parte dos estudantes.

Mapa do centro da cidade de Barra do Garças – MT:



Fonte: Google Maps

## Ficha para identificação e descrição dos lugares:

<p><b>Nome do lugar:</b> Escrevam o nome mais comum e outros nomes pelos quais o lugar é conhecido.</p>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>Imagem:</b> Insiram uma foto ou façam um desenho que represente o lugar</p>	
<p><b>O que é:</b> Escrevam de forma resumida o que é o lugar.</p>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>Onde está localizado:</b> Procurem descrever a localização do lugar a partir das referências mais conhecidas (praças, ruas, comércios etc.)</p>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>Períodos importantes:</b> Descubram os momentos, datas ou períodos do ano importantes associados ao lugar.</p>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>



<p><b>Elementos naturais:</b> Informem quais são os elementos presentes no ambiente natural.</p>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>Elementos construídos:</b> Informem se há elementos construídos no lugar e quais são suas características.</p>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>Atividades que acontecem no lugar:</b> Informem as principais atividades realizadas no lugar, por pessoas ou grupos.</p>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
<p><b>Avalie o lugar:</b> Indiquem os principais pontos positivos e negativos para que o lugar continue sendo uma referência cultural.</p>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>



## Ficha com instruções para roteiro das entrevistas:

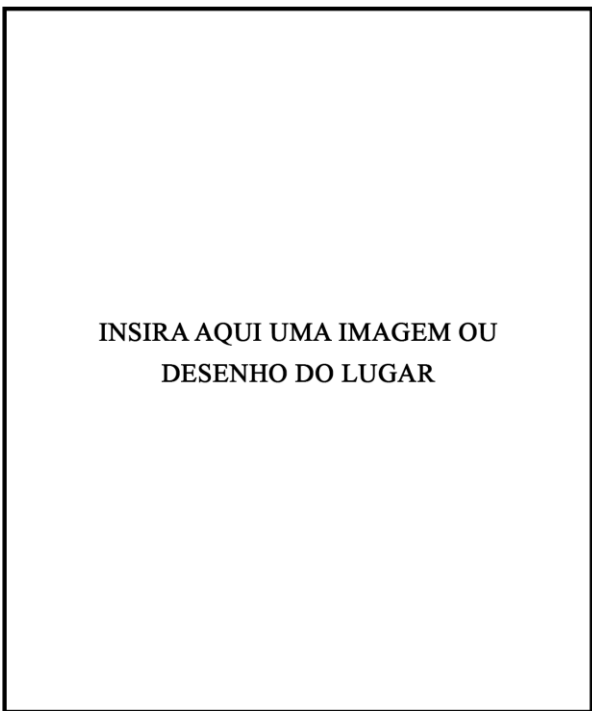
Nome/apelido: :	<hr/> <hr/>
Local de nascimento:	<hr/> <hr/>
Local de residência:	<hr/> <hr/>
Qual a relação do entrevistado com o lugar?	<hr/> <hr/> <hr/>
Com que idade a pessoa conheceu ou passou a frequentar o lugar?	<hr/> <hr/> <hr/>
Como era o lugar na época em que ela o conheceu?	<hr/> <hr/> <hr/>



**Produzindo uma Narrativa Histórica**

TÍTULO: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**OFICINA 03 – INTERPRETANDO E ANALISANDO UM LUGAR DE MEMÓRIA: PRAÇA DOS GARIMPEIROS – BARRA DO GARÇAS – MT**



**Público alvo**

A Oficina *Interpretando e analisando um lugar de memória: Praça dos Garimpeiros – Barra do Garças-MT* é uma Proposta Pedagógica a ser trabalhada com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

**Objetivos**

Essa Oficina tem como objetivo ler, interpretar e analisar diferentes fontes/documentos históricos acerca de um lugar de memória, identificando que tipo de memória ele preserva no que se refere ao Patrimônio Cultural da Comunidade. Desenvolver junto aos estudantes um olhar crítico em relação aos sujeitos históricos que são homenageados pelo patrimônio público, bem como aqueles que são invisibilizados.

**Carga horária**

Serão necessárias 4 horas-aula de 50 minutos.

**Recursos**

Para a realização dessa Oficina serão necessárias cópia dos documentos (fotografias, leis, entrevista e matéria de jornal) impressos ou digitalizados, para todos os grupos, celular ou computador - caso optem pelo material digitalizado; lápis ou caneta para todos os estudantes - caso optem por fazerem a atividade impressa; e folhas impressas com as atividades sobre a análise de fontes e construção da narrativa histórica, disponível no material em anexo.

**Orientações metodológicas:**

Para iniciar a conversa com os estudantes, o(a) professor(a) poderá fazer os seguintes questionamentos:

- ✓ O que vocês entendem por memória?
- ✓ É possível guardar na memória todos os acontecimentos de uma vida?
- ✓ E o que vocês entendem por lugares de memória?

Posteriormente, ler e interpretar o fragmento abaixo, com os estudantes:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, Pierre; AUN KHOURY, 2012, p.13).

Na sequência, o(a) professor(a) deverá apresentar o lugar de memória a ser observado, analisado e explorado, no caso, a Praça dos Garimpeiros. Poderá utilizar as imagens da Praça e identificar os conhecimentos prévios que os estudantes têm do lugar. Seguem algumas sugestões de imagens:



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

Sugestões de perguntas a serem feitas aos estudantes:

- ✓ Você conhece a Praça dos Garimpeiros?
- ✓ Costuma passar com frequência por ela?
- ✓ Você sabe por que a praça recebeu esse nome?

Na sequência, organizar a turma em grupos, com três ou quatro integrantes, entregar a cada grupo os documentos históricos sobre a Praça, juntamente com a proposta de atividade para leitura, interpretação e análise dos documentos, acompanhada de folha para a construção da narrativa.

**Documento 1 – Foto da Praça dos Garimpeiros-maio de 2003**

(Foto da Praça dos Garimpeiros-maio de 2003 - BORGES, Águeda Aparecida da Cruz – Disponível em: <http://docplayer.com.br/58657139-Índios-xavante-x-nao-indios-na-cidade-de-barra-do-garcas-mt-gestos-de-interpretacao-discursiva.html>. Acesso em: 21 mar. de 2021).

**Documento 2 – Foto da Praça dos Garimpeiros- 2015**

(Praça dos Garimpeiros – Disponível em: <<https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Imprensa/Galeria-Fotos/Praca-dos-garimpeiros>> Acesso em 15 Abr. de 2021)

**Documento 3 – Depoimento de um morador sobre a arquitetura da Praça dos Garimpeiros, antes da remoção dos monumentos dos indígenas que ocorreu em 2007.**

*[...] O que se vê são bloqueios, preconceitos repassados pela própria ocupação do espaço de Barra do Garças. Então aquele espaço ocupado é preciso excluir o que estava ali, ele precisa sair para que outro que está chegando ocupe esse espaço. A questão que a gente percebe são monumentos da cidade que a gente percebe: a praça central aonde o garimpeiro que chega, ele chega de costas para onde ele está vindo. Ele, o monumento chega de costas para onde ele veio e não de costas de onde ele veio. Isso é bem visível aqui com a questão do mato-grossense. Agora que chama mais a atenção é que onde está a praça em círculo, o garimpeiro está no centro e as imagens do índio caindo nas pontas sob a alegação de que aquilo lá é uma proteção de carro batido, então ele está ali caindo pelas calçadas. Está ali para ganhar porrada e aí a gente percebe como é esse imaginário barra-garcense em relação aos Xavante é construído [...]*

*(ENTREVISTA realizada por Luciene de Moraes Rosa ,em 08/04/07. Publicada em: ROSA, Luciene de Moraes. **Encontros e Desencontros entre os A uwê Uptabi e os Waradzu no Espaço Urbano de Barra do Garças.** Dissertação de Mestrado (em História). Goiânia: UFG, 2008 )*

**Documento 4 - Jornal Olhar Direto divulgando reforma na Praça dos Garimpeiros em 2011**



**Praça do Garimpeiro é desmanchada e será estreitada**

De Barra do Garças - Ronaldo Couto  
06 Nov 2011 - 15:05

Moradores de Barra do Garças tomaram o maior susto na manhã de domingo (6) ao se depararem com funcionários e máquinas desmanchando a praça do Garimpeiro, um dos cartões-postais da cidade. Segundo um dos funcionários, a prefeitura vai reformar a praça, que será estreitada em função do fluxo de carretas e caminhões que passam por Barra do Garças.

Um dos motivos dessa medida seria o grande número de acidentes com carretas tombando no centro da cidade, principalmente bitrem. Foram três ocorrências recentemente, inclusive com um bitrem abalroando uma caminhonete estacionada enfrente ao Banco do Brasil.

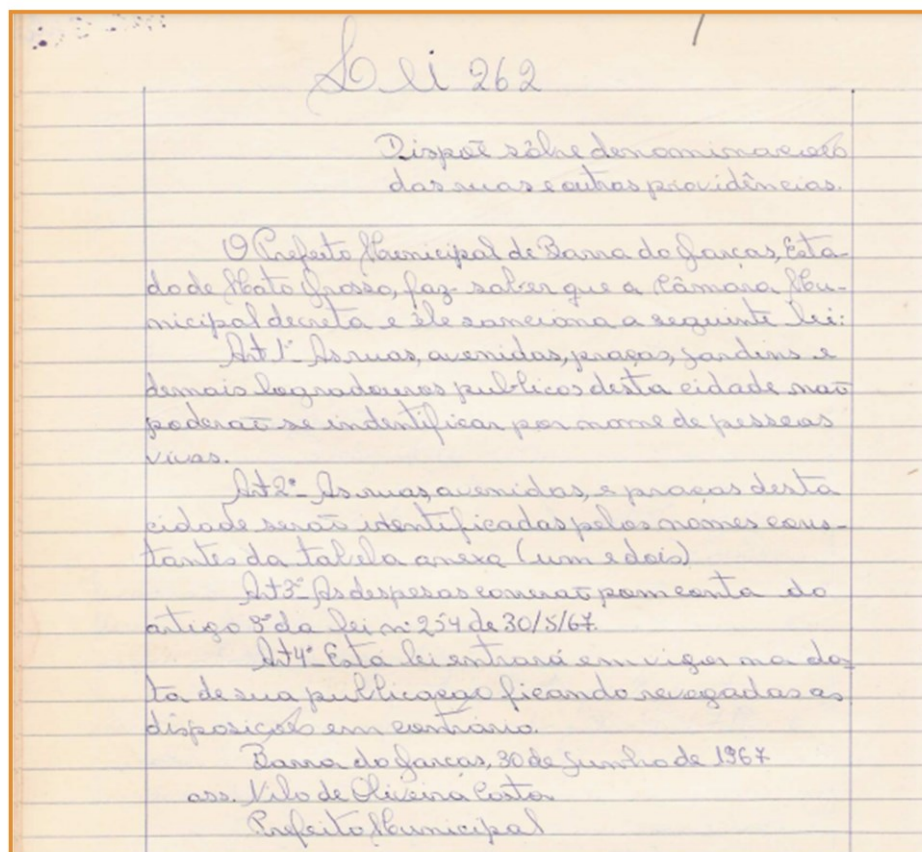
A movimentação despertou a curiosidade dos motoristas e pedestres que querem saber o que realmente será feito na praça do Garimpeiro. Oficialmente ninguém da prefeitura ainda se manifestou sobre o assunto e por isso persiste a dúvida dos moradores.

A praça do Garimpeiro recebe essa denominação porque abriga a estátua de um garimpeiro com uma bateia e chapéu, simbolizando os garimpeiros que povoaram a região no início do século XX. O nome oficial da praça é Tiradentes e, por muitos anos, foi denominada praça do Queijo.

Um morador que assistia a demolição da praça disse que concorda com a reforma, entretanto é contra estreitar o logradouro público porque com essa iniciativa a cidade estaria aceitando conviver com as carretas. O morador, que pediu para não ser identificado, entende que o município deve lutar peloanel viário para desviar as carretas do perímetro urbano.

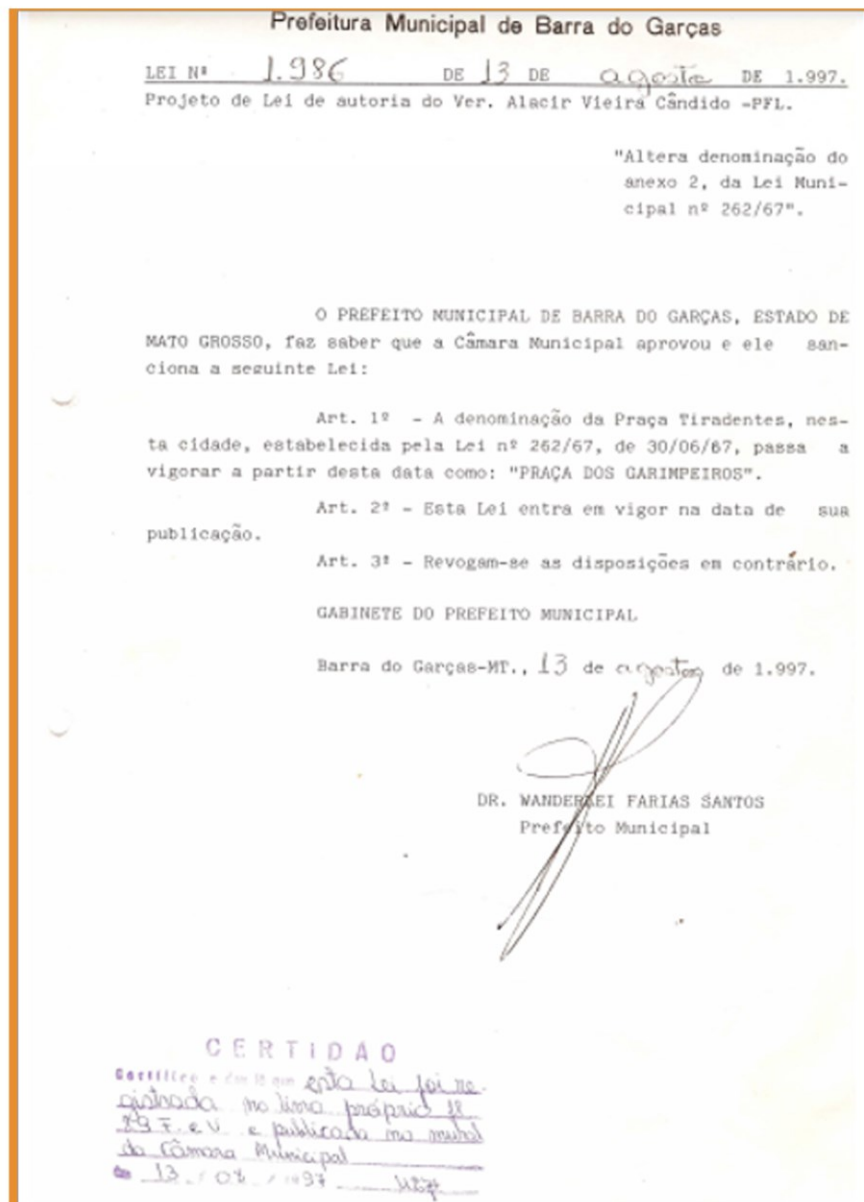
Disponível em:  
<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=216945&noticia=praca-do-garimpeiro-e-desmanchada-e-sera-estreitada>. Acesso em: 16 abril

Documento 5 – Lei Nº 262 de 30 de junho de 1967, que dispõe sobre o nome de ruas e praças no município de Barra do Garças - MT



Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/leis/leis-ordinarias/leis-ordinarias-1997/lei-1-986.pdf/view>. Acesso em: 15 abril 2021.

Documento 6 - : Lei nº 1.986 de 13 de Agosto de 1997, altera a denominação da Praça Tiradentes para Praça dos Garimpeiros.



Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/leis/leis-ordinarias/leis-ordinarias-1967/lei-262.pdf/view>. Acesso em: 15 abril 2021.

Proposta de atividades para leitura, interpretação e análise dos documentos:

A partir da leitura e interpretação dos documentos:

- ✓ Identifique a primeira denominação da praça e quando seu nome foi alterado para Praça dos Garimpeiros.
- ✓ Identifique os monumentos que ali existiam em 2003, analisando a forma como estavam dispostos naquele espaço,
- ✓ Interprete a intencionalidade de colocar o garimpeiro no centro e os índios nas extremidades e levante hipóteses sobre isso.
- ✓ Identifique que outros sujeitos fazem parte da história do lugar e poderiam estar representados por meio de monumentos.
- ✓ Compare a fotos de 2003 com a de 2015 e verifique quais mudanças físicas foram feitas na praça, quais monumentos foram retirados dela.
- ✓ A praça é um lugar de memória. Analise qual memória histórica do lugar ela preserva.

Para finalizar, o(a) professor(a) deve orientar os estudantes a construir uma narrativa sobre a história e que tipo de memória aquele lugar preserva a partir da leitura, interpretação e análise das fontes. Posteriormente, as narrativas deverão ser compartilhadas e discutidas com toda a turma.

#### **Avaliação**

Para avaliar a atividade, é importante o(a) professor(a) estar atento ao envolvimento dos estudantes nas atividades de leitura, interpretação e análise dos documentos e também às hipóteses levantadas. Esse envolvimento poderá ser percebido durante toda a Oficina e, por meio das narrativas que serão construídas, será também importante que o(a) professor(a) avalie, por meio das narrativas, se os estudantes foram capazes de identificar aquele lugar enquanto um lugar de memória e que memória sobre a história local ele preserva.





#### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O material das Oficinas Pedagógicas foram contruídas a partir da experiência docente com estudantes da Educação Básica, quando foi verificada a necessidade de se trabalhar a Educação Patrimonial por meio de ações educativas que promovam o reconhecimento, a apropriação e a valorização dos bens culturais do grupo social ao qual o estudante se identifica.

Estas oficinas também buscam promover um conhecimento escolar articulado à lógica histórica de construção da produção historiográfica, ou seja, a pesquisa histórica desenvolvida pelos estudantes deve contribuir para que eles desenvolvam a consciência histórica, relacionando suas vivências ao passado, conseguindo compreender e interpretar suas ações

Os procedimentos metodológicos descritos poderão também, a partir de algumas adaptações, serem aplicados no sistema de ensino híbrido, como a formação e reuniões dos grupos. que poderão ser realizadas por meio de aplicativos como o *Google Meet* e *WhatsApp* e a observação e exploração dos lugares poderão ser feitas por meio de aplicativos como *Street View* e *Google Maps*.

As Oficinas 02 - *Identificar e inventariar os lugares que são referências culturais na comunidade escolar* e 03 - *Interpretando e analisando um lugar de memória: Praça dos Garimpeiros – Barra do Garças-MT*, apesar de utilizarem como objeto de estudo os bens culturais e as fontes históricas relacionadas ao município, podem ser adaptadas pelo professor para serem trabalhadas utilizando objetos e fontes diferentes no estudo dos bens culturais a partir de diversas localidades.

**FONTES:**

BARRA DO GARÇAS. **Lei nº 262 de 30 de junho de 1967**. Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/leis/leis-ordinarias/leis-ordinarias-1967/lei-262.pdf/view>. Acesso em: 15 abril 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.986 de 13 de Agosto de 1997**. Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/leis/leis-ordinarias/leis-ordinarias-1997/lei-1-986.pdf/view>. Acesso em: 15 abril 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON198805.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON198805.10.1988/art_216_.asp). Acesso em: 02 fev. 2021.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. **Foto da Praça dos Garimpeiros**. Barra do Garças, maio de 2003. Disponível em: <http://docplayer.com.br/58657139-Indios-xavante-x-nao-indios-na-cidade-de-barra-do-garcas-mt-gestos-de-interpretacao-discursiva.html>. Acesso em: 21 mar. 2021.

COUTO, Ronaldo. **Praça dos Garimpeiros é desmanchada e será estreitada**. Olhar Direto. Barra do Garças: 06 Nov 2011. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=216945&noticia=praca-do-garimpeiro-e-desmanchada-e-sera-estreitada>. Acesso em: 16 abril 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Manual de aplicação do inventário nacional de referências culturais**. Brasília: Departamento de Identificação e Documentação do Iphan, 2000. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual\\_do\\_INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf). Acesso em: 15 abril 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Educação Patrimonial: inventários participativos : manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.**

FOTO DA PRAÇA DOS GARIMPEIROS. Barra do Garças, 2015. Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Imprensa/Galeria-Fotos/Praca-dos-garimpeiros>. Acesso em: 15 abril 2021.

## REFERÊNCIAS

Comissão Nacional de Cabo Verde para a UNESCO. Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://cvunesco.org/cultura/patrimonio-materia?showall=1>. Acesso em: 27 abril 2021.

FRONZA, Marcelo. A cultura histórica como possibilidade investigativa da Educação Patrimonial nas aulas de História. *Fronteiras: Revista de História*. Dourados, MS, vol. 18, n.31, p. 169-185, jan. /jun. 2016.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 02 jul. 2020.

Padlet - Tutorial em português. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-5uUe9Tzyyo&feature=youtu.be>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ROSA, Luciene de Moraes. **Encontros e Desencontros entre os A uwê Uptabi e os Waradzu no Espaço Urbano de Barra do Garças**. Dissertação de Mestrado (em História). Faculdade de História. Goiânia: UFG, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História. *Intelligere, Revista de História Intelectual*. v.3, n.2, out. 2017. p. 60-76. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2017.127291>. Acesso em: 30 mar. 2021.

VIANA, Leticia C. R. Verbete Patrimônio Imaterial. Imaterial. Dicionário do Patrimônio Cultural. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85>. Acesso em: 02 fev. 2021.

Universidade Federal de Mato Grosso  
Instituto de Geografia, História e Documentação  
Departamento de História  
Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória)

**GUIA DIDÁTICO - HISTÓRICO PARA PROFESSORES:  
PATRIMÔNIOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE  
BARRA DO GARÇAS – MT**



Cuiabá-MT  
2021

*Carla Pina*  
25.04.2021

## APRESENTAÇÃO

O Guia didático-histórico é um dos produtos que integra a dissertação de mestrado intitulada *Educação Patrimonial: História, Patrimônio Cultural e os Lugares de Memória do município de Barra do Garças-MT*, produzida a partir da linha de pesquisa *Saberes Históricos em diferentes espaços de Memória* do Mestrado Profissional em Ensino de Histórico- Profhstória.

Quando se fala em Educação Patrimonial é possível perceber que existe uma tendência muito forte de diferentes grupos que integram uma sociedade em ter como referência elementos da cultura material. O interesse em elaborar o Guia surgiu da necessidade de trazer alguns elementos da cultura material e imaterial, os quais integram novas categorias de patrimônio, como patrimônio natural, patrimônios indígenas, patrimônios afro-brasileiros, mulheres e patrimônios, dentre outros, presentes no município de Barra do Garças-MT e, ao mesmo tempo, de auxiliar na construção do conhecimento em sala de aula.

O *Guia didático-histórico para o professor: Patrimônios Culturais do município de Barra do Garças-MT* traz um histórico do município e, na sequência, por meio de textos e imagens, informações sobre os seguintes patrimônios: Parque Estadual da Serra Azul, etnias Bororo e Xavante, Grupo ABADÁ Capoeira, Festa de Santo Antônio e saberes de Emília Acácio Nunes Silva na fabricação de remédios fitoterápicos. Além disso, também oferece orientações de como o professor pode introduzir ou ampliar cada temática em sala de aula, além das sugestões de atividades.

O objetivo desse Guia é auxiliar professores da Educação Básica na construção do conhecimento junto aos estudantes, trazendo novas abordagens e orientação metodológica, no que se refere ao patrimônio cultural material e imaterial existente no município de Barra do Garças-MT.

## TEXTO 1: HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Vista aérea da cidade de Barra do Garças – MT



Fonte: *Google Maps*

O Município de Barra do Garças está localizada a 530 Km de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso. Até a década de 1970, possuía uma área de 170.000 Km<sup>2</sup>, porém, aos poucos esse território foi se fragmentando e originando diversos municípios na região.

Antes de ser emancipada em 1948, pela Lei nº121, de 15 de setembro de 1948, Barra do Garças era conhecida como Barra Cuiabana e era habitada por famílias sertanejas, garimpeiros que vieram atraídos por diamantes da região, e por diferentes grupos indígenas, como os Carajá, Caiapó, Bororo, Xavante e Kalapalho.

A partir da década de 1940, devido ao programa intenso do governo federal sob o comando de Getúlio Vargas na ocupação do interior do Brasil, foi idealizado o projeto “Marcha para o Oeste”, que se concretizou com a Fundação Brasil Central, em 1943, incorporada mais tarde à Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO). Como resultado, a região passou a receber muitos investimentos do governo federal, os quais se estenderam até a década de 1960, promovendo muitas obras de infraestrutura e, conseqüentemente, tais investimentos atraíram migrantes oriundos de diferentes estados e regiões do Brasil. Esse movimento migratório continuou nas décadas posteriores de 70, 80 e 90 com o desenvolvimento do agronegócio na região e, por conseguinte, contribuindo para a diversidade cultural presente no município de Barra do Garças.

### **Orientação ao(a) professor(a)**

Antes da leitura do texto didático, o(a) professor(a) poderá iniciar uma conversa com os estudantes sobre o conhecimento prévio dos mesmos a respeito da história do município. Recomenda-se aproveitar os exemplos citados no texto para aprofundar e ampliar o conceito de diversidade, ressaltando que a diversidade cultural pode ser definida como uma acumulação de experiências históricas diversas.

### Sugestão de atividades para as(os) estudantes

O(a) professor(a) poderá perguntar aos estudantes: “Você encontrou algum aspecto descrito no texto que dialoga com a sua trajetória pessoal e familiar?” Por exemplo, caso os pais ou avós sejam migrantes, poderá ainda perguntar: “De qual região/estado vieram?”

Caso a resposta anterior seja afirmativa, o(a) professor(a) deverá orientar os estudantes para conversarem com seus familiares e procurarem saber mais sobre o assunto. Por exemplo: “Quando migraram para Barra do Garças? Por quê? Tiveram dificuldade no processo migratório? Quais foram elas?” Essas informações deverão ser registradas.

### Referências

MAPA BARRA DO GARÇAS, MT. **Google Maps**. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Barra+do+Gar%C3%A7as,+MT,+78600-000/@-15.8792193,52.3585152,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x936568b98de82d19:0x5b116056f92cb6e2!8m2!3d-15.8916202!4d-52.2618826>. Acesso em: 20 out. 2020.

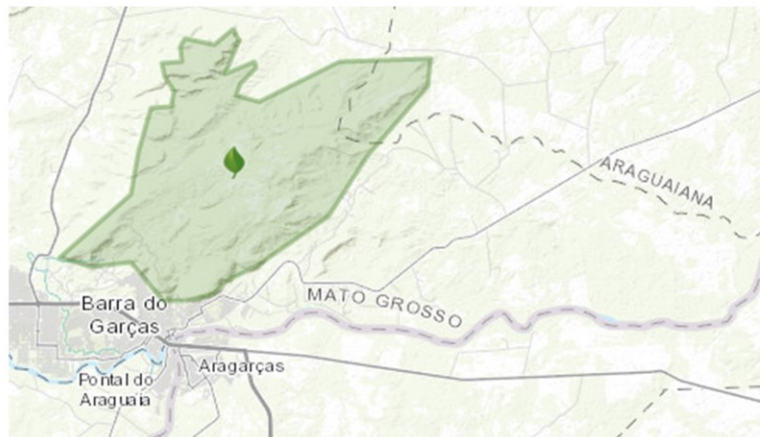
RIBEIRO, Marilene Marzari. **Memória de Migrantes**: onde viver o fazer faz o saber. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.

VARJÃO, Valdon. **Barra do Garças**: Migalhas de sua História. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985.



## TEXTO 2: PARQUE ESTADUAL DA SERRA AZUL

### Parque Estadual da Serra Azul



Fonte: Unidade de Conservação no Brasil. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/811> Acesso em: 25 abril 2021.

O Parque Estadual da Serra Azul, localizado nos municípios de Barra do Garças e Araguaiana-MT, foi criado como unidade de conservação ambiental por meio da Lei 6.439 de 31 de maio de 1994. Com uma área de 11 mil hectares, está inserido no bioma cerrado e suas variantes da fauna e flora característicos desse bioma, além de diversas cachoeiras, acessíveis à população por meio de trilhas.

Além de ser um patrimônio natural, o Parque pode ser considerado um patrimônio cultural pela relação que possui com os moradores e pelos diversos elementos culturais que estão nele inseridos. Um desses elementos é o Discoporto (aeroporto para discos voadores), criado por meio da Lei n.º 1.840 de setembro de 1995, de autoria do vereador Valdon Varjão, que propôs o Projeto de Lei com base em relatos de vários moradores do município sobre eventos sobrenaturais e que habitavam áreas próximas ao Parque.

Outro elemento cultural é o monumento Cristo Redentor, considerado um patrimônio ligado à religiosidade da população. No local de sua instalação foi construído um mirante, no qual é possível ter uma visão das três cidades: Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO. O acesso ao Mirante do Cristo se dá por meio de uma estrada e por uma escadaria com 1.204 degraus.

Ainda dentro do Parque, está localizado o sítio arqueológico conhecido como Gruta dos Pezinhos, que abriga, nas paredes internas da gruta, diferentes tamanhos e formatos de pés humanos, alguns com três, quatro ou até seis dedos, mãos, pegadas de diferentes animais, desenhos de órgãos genitais e formas geométricas, como círculos e losangos. Os pesquisadores ainda

divergem sobre a interpretação dessas marcas e o local está em fase de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Com exceção da Gruta dos Pezinhos, todos os locais citados, como o Mirante do Cristo, o Discoporto e as trilhas das cachoeiras são acessíveis ao público. Para acolher os visitantes no interior do Parque foi criado o Centro de Apoio ao Visitante (CAV), um espaço educativo que orienta e informa os visitantes sobre a biodiversidade e sobre os atrativos do parque. O CAV fica aberto todos os dias das 7 às 17 horas.

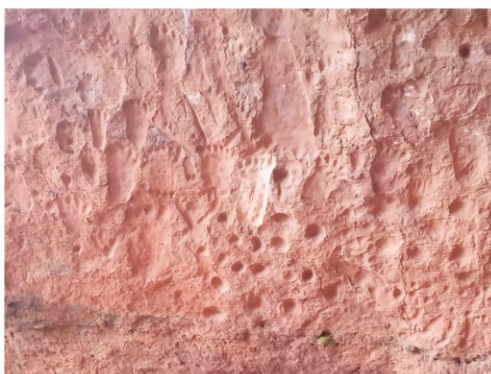
O Parque, além de ser considerado um patrimônio natural, foi local de uma série de acontecimentos ligados à memória e à história da população de Barra do Garças, e contribuindo para o desenvolvimento de diversos elementos ligados ao patrimônio cultural material e imaterial do município.

Cristo Redentor



Fonte: Arquivo pessoal

Gruta dos Pezinhos



Fonte: Arquivo pessoal

Discoporto



Fonte: Arquivo pessoal

Centro de apoio ao visitante (CAV) - Barra do Garças -MT



Fonte: Arquivo pessoal

### **Orientação ao(a) professor(a)**

Antes de fazer a leitura do texto, o(a) professor(a) deverá questionar os alunos a respeito do conhecimento que eles têm acerca do Parque e do Bioma Cerrado. Além disso, é importante lembrá-los de que parte do Parque é visível de diversos pontos da cidade. Também poderá organizar com a turma e com outros(as) professores(as) uma visita ao Parque, promovendo uma atividade interdisciplinar para explorar também a biodiversidade e as características geográficas do local.

### **Sugestão de atividades para as(os) estudantes**

O(a) professor(a) poderá também fazer as seguintes perguntas aos estudantes: “Você já visitou o Parque Estadual da Serra Azul? Visitou algum dos lugares citados no texto: Gruta dos Pezinhos, Disco Porto, Cristo Redentor ou trilha das cachoeiras? Como registrou esse momento? Você já ouviu alguma história ligada a algum dos elementos do Parque Estadual da Serra Azul? Relate-a”.

### **Referências**

Araguaia Notícias. **Gruta dos Pezinhos Continua atraindo Pesquisadores do Mundo Inteiro**. Publicada em 27 Ago.2019. Disponível em: <https://araguaianoticia.com.br/noticia/27556/gruta-dos-pezinhos-de-barra-do-garcas-continua-atraindo-pesquisadores-do-mundo-inteiro>. Acesso em: 2 set. 2020.

BARRA DO GARÇAS. **Lei n.º 1.840 de Setembro de 1995**. Cria Reserva da área para Aeródromo de Pousos de OVNI - Objetos Voadores não identificados, Discos Voadores. (Discoporto). Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/leis/leis-ordinarias/leis-ordinarias-1995/lei-1-840.pdf/view>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA AZUL. Unidade de Conservação no Brasil. <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/811>. Acesso em: 25 abril 2021.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio Natural. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 75-78.

MATO GROSSO. **Lei nº 6.439 de 31 de Maio de 1994**. Cria o Parque Estadual da Serra Azul. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/legislacao> Acesso em: 25 abril 2021.

### TEXTO 3: AS ETNIAS BORORO E XAVANTE

Vista aérea da localização das Terras Indígenas Meruri e São Marcos



Fonte: *Google Maps*

O patrimônio indígena se refere a uma diversidade sociocultural constituída pelas diferentes etnias que atualmente habitam o território brasileiro. Essa diversidade está presente nas manifestações culturais como saberes, celebrações, formas de expressões e lugares.

No município de Barra do Garças, estão localizadas a Terra Indígena (TI) Meruri, habitada pelos índios da etnia Bororo, e a TI de São Marcos, habitada pelos índios da etnia Xavante. Também há um número expressivo de Xavantes e Bororos que residem na cidade permanentemente ou temporariamente para estudar e/ou trabalhar.

A TI Meruri fica localizada entre os municípios de Barra do Garças e General Carneiro e, de acordo com dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é habitada por cerca de 657 indígenas da etnia Bororo. Como nenhuma cultura é estática, os Bororos da TI Meruri modificaram muitos hábitos da sua cultura tradicional, principalmente em relação às habitações, às atividades de subsistência, à organização política, às relações sociais e, principalmente, à religiosidade, devido à influência da Missão Salesiana na TI. Uma forma de preservarem e repassarem sua cultura tradicional às futuras gerações é por meio dos rituais. Os principais rituais da etnia bororo são o de iniciação e o funeral.

Para saber mais sobre o ritual Funeral Bororo acesse: <http://www.bororo.museuvirtual.unb.br/index.php/pt/blog/mori-a-vinganca-do-morto>. Acesso em: 30 abril 2021.

A TI de São Marcos também fica localizada no município de Barra do Garças e, de acordo com a FUNAI, é habitada por cerca de 2.848 indígenas da etnia Xavante. Em São Marcos, as casas são circulares e cobertas com palha de buriti, as mulheres cuidam das plantações e fazem artesanato, os jovens também cuidam das roças em sistema de rodízio, como parte do currículo escolar. As cerimônias e atividades de competição também fazem parte da cultura dessa etnia, sendo as mais comuns são lutas corporais e a corrida de revezamento com o tronco de buriti. Os rituais mais conhecidos são os do casamento, de nomeação e a furação de orelha.

Apesar de sofrerem forte influência cultural das populações não indígenas, os índios reconhecem o valor da sua cultura e a necessidade de preservá-la. No entanto, é fundamental que todas as pessoas reconheçam e valorizem a contribuição da diversidade indígena para o patrimônio cultural do Brasil e lutem para que estes conquistem cidadania e tenham seus direitos garantidos.

Para conhecer a escola em formato de tatu construída na TI de São Marcos, acesse: <https://oroncador.com.br/foto-de-escola-indigena-no-araguaia-em-formato-de-tatu-viraliza-nas-redes-sociais>. Acesso em: 11 maio 2021.

#### Bororos da Terra Indígena Meruri



Fonte: Facebook Terra Indígena de São Marcos

Bororos e Salesianos na Terra Indígena Meruri



Fonte: Facebook Terra Indígena Meruri

Xavantes da Terra Indígena de São Marcos



Fonte: Facebook Terra Indígena de São Marcos

### **Orientação ao(a) professor(a)**

Antes de introduzir este texto, o professor deverá questionar os estudantes sobre o conhecimento que eles têm acerca das comunidades indígenas que integram a população do município, chamando a atenção deles para a diversidade de grupos indígenas que habitam o território brasileiro. Além disso, é importante refletir com os estudantes sobre as diferentes formas de resistência desses grupos, que, em muitas situações, lutam para manter sua cultura.

### **Sugestão de atividades para as(os) estudantes**

O(a) professor(a) poderá fazer este questionamento aos estudantes: “Você já visitou alguma das terras indígenas que estão localizadas no município de Barra do Garças? Relate a sua experiência”.

A partir da leitura do texto e das imagens, o(a) professor(a) poderá indicar alguns elementos da cultura tradicional das etnias Bororo e Xavante que foram preservados, mostrando a importância da preservação desses elementos culturais.

### **Sugestão de vídeos**

Para conhecer elementos mais sobre a etnia Xavante, o professor poderá acessar o canal do you tuber Crintian Wariu. Disponível em: <https://youtube.com/c/Wariu>. Acesso em: 13 maio 2021.

### **Referências**

CAPARIBE, Artilonka. Patrimônio Indígena. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p.229-232.

MAPA BARRA DO GARÇAS, MT. Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Barra+do+Gar%C3%A7as,+MT,+78600-000/@-15.8792193,52.3585152,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x936568b98de82d19:0x5b116056f92cb6e2!8m2!3d-15.8916202!4d-52.2618826>. Acesso em: 20 out. 2020.

ROSA, Luciene de Moraes. **Encontros e Desencontros entre os A uwê Uptabi e os Waradzu no Espaço Urbano de Barra do Garças**. Dissertação de Mestrado (em História). Faculdade de História. Goiânia: UFG, 2008.

**Saiba como vivem os Índios Bororos nos dias de hoje**. Programa É bem Mato Grosso. 2015. (7min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4371643/> Acesso em: 25 abril 2021.

**TERRA INDÍGENA MERURE**. Terras indígenas no Brasil. <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3767>. Acesso em: 12 out. 2020.



#### TEXTO 4: GRUPO ABADÁ CAPOEIRA

Grupo ABADÁ Capoeira – Vale do Araguaia



Fonte: Facebook do Grupo ABADÁ Capoeira

As memórias da África, reconstruídas e difundidas pelos seus descendentes nascidos no Brasil, os afrodescendentes, estão presentes nos patrimônios culturais pela oralidade, os símbolos, as danças, os rituais, os ritmos musicais, as danças e as narrativas. A capoeira é uma forma de expressão e o ofício dos mestres de capoeira é categorizado como um saber, ambos registrados como patrimônios culturais imateriais afro-brasileiros.

No município de Barra do Garças tem-se a Associação Barragarcense de Apoio e Desenvolvimento da Arte da Capoeira (ABADAC), uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 28 de agosto de 2013, e que está vinculada à Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte-Capoeira (ABADÁ-Capoeira).

O grupo tem em média 250 alunos nos três centros de ensino, que ficam localizados nos municípios de Barra do Garças-MT e Aragarças-GO. As atividades são coordenadas pela instrutora *Sinhá* (Elizângela Barbosa Araújo) e pelo instrutor *Catitu* (Paulo Antônio F. Monteiro), os quais contam com auxílio de 11 alunos graduados, ou seja, que possuem mais tempo de treinamento e, portanto, podem auxiliar na coordenação das atividades.

De acordo com os coordenadores, as atividades do grupo são direcionadas para todos os públicos, mas especialmente para crianças, jovens e adultos de baixa renda, que vivem em áreas de violência e não têm acesso a outras atividades de cultura, lazer e esporte. Para estes, a capoeira tem um instrumento de aprendizado sobre a cultura afro-brasileira e um elemento de integração e inclusão social.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Informações extraídas do Portifólio organizado pela Associação Barragarcense de Apoio e Desenvolvimento da Arte da Capoeira (ABADAC) e disponibilizado para consulta.

A capoeira é uma expressão cultural que articula tradição e mudança, continuidade e modernidade, ao mesmo tempo em que honra a memória dos antepassados dos africanos, dialoga com as transformações culturais, atualizando seus repertórios e pautas de lutas contra a discriminação, o preconceito e a inserção social.

Roda de Capoeira – Avenida Beira Rio, Aragarças - GO



Fonte: arquivo da Associação Barragarcense de Apoio e Desenvolvimento da Arte da Capoeira (ABADAC)

#### **Orientação ao(a) professor(a)**

Ao trabalhar o texto com os estudantes, é necessário que o professor apresente o conceito de cultura afro-brasileira, destacando que esse conceito está profundamente relacionado tanto na manutenção de tradições originárias da África quanto na transformação dessas tradições a partir das experiências que os africanos e seus descendentes tiveram no território brasileiro. Além disso, o professor também deverá destacar que estes foram fundamentais para a construção da cultura e da identidade brasileira. O professor poderá ainda fazer um convite ao grupo ABADÁ – capoeira, para fazer uma roda de capoeira junto aos estudantes de sua escola e aprofundar mais sobre esse elemento da cultura afro-brasileira.

#### **Sugestão de atividades para as(os) estudantes**

O(a) professor(a) poderá questionar os estudantes: “Você participa/participou ou conhece alguém que participa de algum grupo de capoeira? Já viu uma roda de capoeira? Relate uma experiência”.

Também poderá solicitar que pesquisem outros exemplos de manifestações culturais

afro-brasileiras que fazem parte do patrimônio imaterial da sociedade brasileira.

#### **Sugestão de vídeos**

Conheça um pouco da história da capoeira e do grupo ABADÁ – capoeira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V8nIG4UMHw8>. Acesso em: 13 maio 2021.

#### **Referências**

ABREU, Martha Campos. MONTEIRO, Livia Nascimento. Patrimônios Afro-brasileiros. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 241-244.

## TEXTO 5: FESTA DE SANTO ANTÔNIO

### Festa de Santo Antônio



Arquivo pessoal de Nilma Mariana O. Abud

As festas são momentos de comemoração presentes na memória das pessoas da comunidade e, apesar da diversidade religiosa do Brasil, em muitos municípios as festas religiosas tradicionais estão ligadas à cultura do catolicismo.

Santo Antônio foi escolhido como padroeiro de Barra do Garças, ainda quando a cidade era um povoado em 1924. De acordo com relatos de alguns moradores, um dos fundadores do povoado Antônio Cristino Cortes, devoto do santo.

Moradores relatam que, antigamente, os rituais da festa eram diferentes do que é hoje. A festa tinha início no primeiro dia de junho e finalizava no dia 13 do mesmo mês. Animavam da festa: alvoradas (o despertar da cidade com muitos fogos de artifício), missas campais, oração do terço, procissão, leilões, bingos, brincadeiras variadas, bandas de música, bailes etc. Toda a comunidade, de certa forma, estava engajada na festa.

Atualmente, ela inicia no dia 31 de maio e termina em 13 de junho, dia em que se completa a trezena, ou seja, durante os treze dias é rezado o terço e, na sequência, celebrada a missa. No último dia, 13 de junho, além do terço e da missa, também se assiste a alvorada, seguida de carreatas e a procissão. O leilão ainda é organizado pela igreja, mas as outras atividades como as barracas de alimentação, parque de diversão, brinquedos e bingo são terceirizadas, a igreja somente aluga o espaço.

As festas religiosas, mesmo passando por mudanças e adaptações, contribuem para a difusão e devoção do patrimônio religioso para um público cada vez mais amplo, tendo em vista que preservam crenças e devoções, elementos da cultura material e imaterial ligados a uma comunidade religiosa.

Procissão – Festa de Santo Antônio



Arquivo pessoal de Nilma Mariana O. Abud

Missa – Festa de Santo Antônio



Arquivo pessoal de Nilma Mariana O. Abud

**Orientação ao(a) professor(a)**

Antes de introduzir o texto, o(a) professor(a) deverá questionar os estudantes a respeito das crenças religiosas de cada um e, assim, chamar a atenção deles para a diversidade religiosa e para a necessidade de respeito e tolerância em relação às crenças adotadas.

**Sugestão de atividades para as(os) estudantes**

O(a) professor(a) poderá investigar: “Você já participou da Festa de Santo Antônio? De quais atividades da festa participou?”

Depois, o(a) professor(a) poderá pedir para os estudantes fazerem uma pesquisa entre os seus familiares ou conhecidos sobre as memórias que eles carregam da Festa de Santo Antônio. E, depois da pesquisa, orientá-los a fazerem um breve relato das memórias coletadas.

**Referências**

CORREIA, Iara Toscano. **Memórias e Identidades na Festa de Santo Antônio em Barra do Garças-MT – 1951-2015**. Revista Facisa *on-line*. Barra do garças – MT. vol.5, n.2, p. 019, jul. - dez. 2016. (issn 2238-524). Disponível em: <http://periodicos.unicathedral.edu.br/revistafacisa/index>. Acesso em: 20 mar. 2021.

GONÇALVES, Janice. Patrimônio e festar religiosas. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 181-183.

## TEXTO 6: OS SABERES DE EMÍLIA ACÁCIO NUNES SILVA NA FABRICAÇÃO DE REMÉDIOS FITOTERÁPICOS

Emília e sua produção de remédios fitoterápicos



Arquivo pessoal: Emília Acácio Nunes Silva

No interior dos eixos do patrimônio imaterial estão as experiências coletivas e formas de sociabilidade, nas quais há um protagonismo feminino, composto por saberes tradicionais, caracterizados pela oralidade, como a transmissão de saberes e fazeres.

No município de Barra do Garças, a atuação de Emília Acácio Nunes Silva, 60 anos de idade e que há 30 anos contribui para a preservação de saberes curativos em relação à fabricação de remédios fitoterápicos. Emília é natural de Barra do Garças e muito conhecida pelos moradores do município pelo conhecimento e pela técnica de fabricar remédios utilizando plantas e suas propriedades como matéria-prima.

Emília relatou que adquiriu esse conhecimento a partir do momento em que começou a fazer parte da Pastoral da Criança e que além dos cursos promovidos pela própria pastoral, sempre pesquisou e buscou se aperfeiçoar fazendo outros cursos ligados à área da saúde. Ao completar cinco anos de Pastoral, Emília também começou a ministrar cursos de capacitação, repassando a outras pessoas o seu conhecimento na fabricação de remédios fitoterápicos. No entanto, lamenta que, no município de Barra do Garças, as pessoas que foram capacitadas por ela, cerca de 200, não deram seguimento à atividade e, dessa forma, teme que o seu legado se perca.

Os saberes de Emília contribuem para articular experiências e vivências correlacionadas ao presente e passado da vida da comunidade em que ela atuou e atua durante esses 30 anos, ensinando, fabricando remédios frente às ações da Pastoral da Criança. Os saberes curativos, religiosos e culinários se constituem enquanto patrimônio imaterial, ao articular as experiências e vivências correlacionadas ao presente e ao passado, portanto, é importante reconhecer, valorizar e preservar estes saberes como um patrimônio cultural do município de Barra do Garças.

**Orientação ao(a) professor(a)**

Antes de introduzir esse texto, o(a) professor(a) poderá indagar dos estudantes se eles já fizeram usos de chás ou de alguma propriedade de planta com fins curativos e de que forma adquiriram esse conhecimento.

**Sugestão de atividades para as(os) estudantes**

O(a) professor(a) poderá solicitar aos estudantes uma pesquisa sobre os saberes que as mulheres de sua família têm e de que forma os mesmos foram repassados a elas, fazendo um relato desses saberes.

Depois, deverão analisar o papel da tradição oral para a socialização e preservação desses saberes.

**Referências**

RUBINO, Silvana. FONTANELE, Sabrina. Mulheres e Patrimônio. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p.131-133.



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este Guia contribua para o desenvolvimento de práticas educativas mais dinâmicas e enriquecedoras no que se refere à história do município de Barra do Garças – MT e à Educação Patrimonial, pois, além de trazer novas categorias de patrimônios possíveis de serem trabalhadas em sala de aula de pelo(a) professor(a), ele traz, por meio das sugestões de atividades, a possibilidade de re/conhecer novos patrimônios que estão relacionados à cultura local e, ao mesmo tempo, coloca os(as) estudantes como protagonistas desse re/conhecimento.

**FONTES:**

Araguaia Notícias. Gruta dos Pezinhos Continua atraindo Pesquisadores do Mundo Inteiro. Publicada em 27 Ago.2019. Disponível em: <https://araguaianoticia.com.br/noticia/27556/gruta-dos-pezinhos-de-barra-do-garcas-continua-atraindo-pesquisadores-do-mundo-inteiro>. Acesso em: 2 set. 2020

BARRA DO GARÇAS. **Lei n.º 1.840 de Setembro de 1995**. Cria Reserva da área para Aeródromo de Pousos de OVNI - Objetos Voadores não identificados, Discos Voadores. (Discoporto). Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/leis/leis-ordinarias/leis-ordinarias-1995/lei-1-840.pdf/view>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MATO GROSSO. **Lei nº 6.439 de 31 de Maio de 1994**. Cria o Parque Estadual da Serra Azul. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/legislacao>. Acesso em: 25 abril 2021.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA AZUL. Unidade de Conservação no Brasil. <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/811>. Acesso em: 25 abril 2021.

MAPA BARRA DO GARÇAS, MT. Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Barra+do+Gar%C3%A7as,+MT,+78600-000/@-15.8792193,-52.3585152,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x936568b98de82d19:0x5b116056f92cb6e2!8m2!3d-15.8916202!4d-52.2618826>. Acesso em: 20 out. 2020.

TERRA INDÍGENA MERURE. Terras indígenas no Brasil. <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3767>. Acesso em: 12 out. 2020.

**Saiba como vivem os Índios Bororos nos dias de hoje**. Programa É bem Mato Grosso. 2015. (7min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4371643/>. Acesso em: 25 abril 2021.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha Campos. MONTEIRO, Livia Nascimento. Patrimônios Afro-brasileiros. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 241-244.

CAPARIBE, Artilonka. Patrimônio Indígena. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p.229-232.

CORREIA, Iara Toscano. **Memórias e Identidades na Festa de Santo Antônio em Barra do Garças-MT – 1951-2015**. Revista Facisa on-line. Barra do garças – MT. vol.5, n.2, p. 019, jul. - dez. 2016. (issn 2238-524). Disponível em: <http://periodicos.unicathedral.edu.br/revistafacisa/index>. Acesso em: 20 mar. 2021.

GONÇALVES, Janice. Patrimônio e festar religiosas. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p.181-183.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio Natural. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 75-78.

PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Imaterial. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p.71 – 74.

RIBEIRO, Marilene Marzari. **Memória de Migrantes: onde viver o fazer faz o saber**. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.

ROSA, Luciene de Moraes. **Encontros e Desencontros entre os A uwê Uptabi e os Waradzu no Espaço Urbano de Barra do Garças**. Dissertação de Mestrado (em História). Faculdade de História. Goiânia: UFG, 2008.

RUBINO, Silvana. FONTANELE, Sabrina. Mulheres e Patrimônio. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2020, p.131-133.

VARJÃO, Valdon. **Barra do Garças: Migalhas de sua História**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa teve como principal objetivo possibilitar experiências mais dinâmicas e enriquecedoras no processo ensino-aprendizagem a partir da Educação Patrimonial, por meio de Oficinas Pedagógicas e de um Guia Didático – Histórico para o(a) professor(a). As atividades pedagógicas propostas nos materiais têm como principal objetivo fazer com que os(as) estudantes sejam capazes de identificar e ressignificar os lugares de memórias da cidade de Barra do Garças-MT, além de identificar e valorizar patrimônios que são referências culturais e identitária.

A princípio, quando se pensou no tema de pesquisa, a proposta inicial era desenvolver algo relacionado à história do lugar, principalmente devido à importância de se trabalhar com essa história em sala de aula e perceber a carência de materiais didáticos que abordam essa temática.

Não existem materiais didáticos que podem ser utilizados para trabalhar a história do lugar. Muitos professores, para garantir a inserção desse conteúdo no currículo escolar, adaptam ou preparam material para os diferentes segmentos de ensino, a partir de pesquisas bibliográficas, eletrônicas, entre outras. Isso, muitas vezes agregado a outras atividades que eles desenvolvem no ambiente escolar, o que dificulta a inclusão desses conteúdos no currículo e compromete o processo de ensino e aprendizagem sobre a história local.

Em fase da elaboração do Projeto de Pesquisa e em conversa com colegas, professores do Programa de Mestrado Profhistória e com a orientadora Professora Doutora Nileide Souza Dourado, foi sugerido trabalhar a história local agregada à Educação Patrimonial.

Ao desenvolver a pesquisa bibliográfica, acerca da história local, foi possível perceber que o município de Barra do Garças é formado a partir de diversos processos migratórios de grupos de diferentes regiões do Brasil e, frente a isso, há muitas Histórias que precisam ser escritas, histórias relacionadas a acontecimentos que fazem parte da memória dessas pessoas e são fundamentais para o conhecimento da identidade delas. No entanto, por não poder fazer uso da história oral, por questões burocráticas, não foi possível o registro e a inserção dessas histórias na dissertação. O estudo sobre a história local também foi limitado pela dificuldade de acesso a fontes de pesquisa devido ao período de pandemia causada pelo Corona Vírus, haja vista que alguns locais que possuem arquivos e documentação permaneceram fechados

praticamente todo o ano de 2020 e início do ano de 2021.

A pesquisa documental e bibliográfica sobre o ensino de História e a Educação Patrimonial possibilitou a análise de como o ensino de História vem sendo pensado e proposto nas escolas nos últimos anos. As transformações que ocorreram nos campos da historiografia e da didática refletiram também no ensino da história, que coloca o(a) estudante como principal protagonista do processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo neste a atitude investigativa.

Nesse sentido, o trabalho com fontes históricas é essencial em sala de aula, tendo em vista que o estudo do passado se dá por meio das fontes, trazer as fontes para a sala de aula, ou proporcionar uma aula de campo, onde os(as) estudantes possam ter contato com o objeto a ser estudado, possibilitando o desenvolvimento da atitude historiográfica, noções de temporaridade e, conseqüentemente, a construção de novas narrativas a respeito do passado.

A vida prática dos sujeitos deve ser o ponto de partida e de chegada do ensino de História, a busca pelo conhecimento deve partir de questões da realidade dos(as) estudantes e o conhecimento histórico deve contribuir para que o sujeito entenda a sua realidade, desenvolvendo o que Rüsen (2009) chama de consciência histórica, que é algo que ocorre quando a informação interiorizada se torna uma ferramenta mental do sujeito a ser utilizada como orientação do cotidiano. Diante disso, a Educação Patrimonial tem-se mostrado como uma proposta de ação educativa por manter uma relação direta na vida prática dos sujeitos, conectando as diferentes gerações e possibilitando a apropriação, o reconhecimento e a valorização dos bens patrimoniais que são referências da sua cultura.

A partir das discussões feitas sobre o ensino de história e a Educação Patrimonial foram elaborados os produtos que integram este trabalho de dissertação, *Oficinas Pedagógicas e o Guia Didático-histórico para professores*, cujo objetivo principal é auxiliar os professores de história da Educação Básica a trabalhar com a temática Educação Patrimonial e provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural, a fim de contribuir para a compreensão da realidade dos estudantes e para o reconhecimento de sua própria identidade.

Os materiais pedagógicos produzidos como produto e que integram este trabalho de dissertação, as Oficinas Pedagógicas e o Guia Didático-Histórico, não foram experienciados após a sua elaboração devido ao período de pandemia do Corona Vírus, pois, nesse período as aulas presenciais foram suspensas na rede pública de ensino.

Portanto, cabe ao (a) professor(a) que fizer uso desses materiais adaptá-los, caso seja necessário, à realidade de sua comunidade escolar.

O objetivo inicial da pesquisa era ter como resultado materiais didáticos que trabalhassem a história local a partir dos lugares de memória, ou seja, a partir do patrimônio material. Ao se iniciar as leituras a respeito da Educação Patrimonial, foi possível perceber que o patrimônio está muito além da materialidade e, por isso, a importância de envolver a comunidade na identificação do que de fato é patrimônio. Frente a isso, montaram-se as Oficinas Pedagógicas colocando os(as) estudantes como protagonistas no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, percebeu-se que, nas Oficinas, a pesquisa dos(das) estudantes poderia ficar restrito ao patrimônio material e, por isso, decidiu-se elaborar o Guia Didático-Histórico, que traz, por meio de textos informativos, um pouco sobre a história do lugar e algumas categorias e exemplos de patrimônio material e imaterial que são referências para a cultura das pessoas que vivem no município.

É importante perceber que a Educação Patrimonial, agregada ao ensino de História e ao estudo da história local, provoca situações de aprendizado sobre o processo cultural possibilitando a compreensão da realidade dos(das) estudantes, o reconhecimento e a valorização da identidade e o exercício cidadania.

## FONTES

Araguaia Notícias. **Gruta dos Pezinhos Continua atraindo Pesquisadores do Mundo Inteiro**. Publicada em 27 ago.2019. Disponível em: <https://araguaianoticia.com.br/noticia/27556/gruta-dos-pezinhos-de-barra-do-garcas-continua-atraindo-pesquisadores-do-mundo-inteiro>. Acesso em: 2 Set. 2020.

BARRA DO GARÇAS. **LEI n.º 1.986 de 13 de Agosto de 1.997**. Altera denominação da Praça Tiradentes para Praça dos Garimpeiros. Disponível em: <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/@@search?SearchableText=Pra%C3%A7a+dos+garimpeiros>. Acesso em: 31 mar.2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC>. Acesso em: 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 mar. 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília-DF, 2016.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC, 2018. Disponível em: <http://cos.seduc.mt.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

IPHAN. Consulta sobre Sítios Arqueológicos. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php). Acesso em: 30 Set. 2020.

Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em: 05 out. 2020.

ROTA BRASIL OESTE. **Palestinos dominam o comércio em Barra do Garças**. Maio 5, 2001 Disponível em: <http://www.brasil Oeste.com.br/category/expedicao-brasil-oeste/aragarcas-ebarra-do-garcas/>. Acesso em: 28 out. 2020.

SALESIANOS: Missão Salesiana de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.missaosalesiana.org.br/sagrado-coracao-de-meruri>. Acesso em: 10 out. 2020.

Terra Indígena Merure. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3767>. Acesso em: 12 out. 2020

## REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. A construção de uma didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. In: **História**. São Paulo, 22, 2003, p. 183-193. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/his/v22n1/v22n1a08.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BARREIROS, Isabela. **Gruta dos Pezinhos, a caverna brasileira que contém mistério em suas paredes**. Publicado em 28 ago. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/gruta-dos-pezinhos-caverna-que-contem-misterio-em-suas-paredes.phtml>. Acesso em: 20 Set. 2020.

BEZERRA, Marcia. Patrimônio e Educação Patrimonial. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 63-66.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARVALHO, Aline; MENEGUELO, Cristina (Org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

CORREIA, Iara Toscano. **Memórias e Identidades na Festa de Santo Antônio em Barra do Garças-MT – 1951-2015**. Revista Facisa *on-line*. Barra do garças – MT. vol.5, n.2, p. 019- , jul. - dez. 2016. (issn 2238-524). Disponível em: <http://periodicos.unicathedral.edu.br/revistafacisa/index>. Acesso em: 20 mar. 2021

DINIZ, Zélia dos Santos. **Conhecendo Barra do Garças**. 2 ed. Barra do Garças: Gráfica Multicor, 2005.

DOLZAN, Nina Teresa de Oliveira. **Tecnologia e Arte: prerrogativas de evolução**



humana. 2006. 163 f. Dissertação - Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural, Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2006.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação Patrimonial no ensino de História nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. Edições SM, São Paulo, 2012.

FRONZA, Marcelo. A cultura histórica como possibilidade investigativa da Educação Patrimonial nas aulas de História. *Fronteiras: Revista de História*. Dourados, MS, vol. 18, n. 31, p. 169-185, jan. /jun. 2016.

GODOI, Rodrigo Tavares. **Histórica: configuração, narrativa, sentido**. Questões para uma história de Barra do Garças. Dissertação de Mestrado (em História). Dourados, MS: UFGD, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/154/1/RodrigoTavaresGodoi.pdf>. Acesso em: 02 abril 2021.

LEAL, Claudia F. B. Patrimônio Natural. In: CARVALHO, Aline. MENEGUELO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p.75-78.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MACIEL Dulce Portilho. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548855455\\_46ebc57fdb12ee2697b1e0609372fcf7.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548855455_46ebc57fdb12ee2697b1e0609372fcf7.pdf). Acesso em: 28 nov. 2020.

NASCIMENTO, Alessandro Matos do. **Barra do Garças, das Pedras aos Grãos: Uma História de Migrações e Ocupações (1960-1980)**. Dissertação, 2010. 109 f. – Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2010.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 02 jul. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, BOAVENTURA de Sousa. MENEZES, Maria Paula (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. **O Migrante e a Cidade: dilemas e conflitos**. Araraquara, 2001.

RIBEIRO, Marilene Marzari. **Memória de Migrantes: onde viver o fazer faz o saber**. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.

RIBEIRO, Zenilda Lopes. Árabes Palestinos Em Barra Do Garças - MT: A Topofilia Como Realidade Geográfica. **XIII ENAPEGE**. Disponível em: [https://www.enapege2019.anapege.ggf.br/resources/anais/8/1560810733\\_ARQUIVO\\_artigoENANPEGE.pdf](https://www.enapege2019.anapege.ggf.br/resources/anais/8/1560810733_ARQUIVO_artigoENANPEGE.pdf). Acesso em: 30 out. 2020.

ROSA, Luciene de Moraes. **Encontros e Desencontros entre os A'uwê Uptabi e os Waradzu no Espaço Urbano de Barra do Garças**. Dissertação de Mestrado (em História). Goiânia: UFG, 2008.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de metahistória. **Revista História da Historiografia**, vol.2, n.2, p.163-209, mar.2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>. Acesso em: 12 out. 2020.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado Histórico. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel e MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed.UFPR, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História. **Intelligere**, Revista de História Intelectual, vol. 3, n. 2, out.2017 p. 60-76. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em 12 jun. 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; GARCIA, Tânia Braga. Significados do pensamento de Jörn Rüsen para investigação na área da educação histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel e MARTINS, Estevão de Rezende (org). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed.UFPR, 2010, p.11-21.

SILVA, Phábio Rocha da. **Memória e representação em Barra do Garças: o conflito na aldeia Meruri**. Dissertação de Mestrado. PUC/Goiás, 2012. 92 f. Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2012.

VARJÃO, Valdon. **Barra do Garças: Migalhas de sua história.** Brasília: Centro Gráfico, 1985.

ZARPATO, Jaqueline Aparecida Martins. **Patrimônio, cultura e processos educativos em História: percursos e reflexões.** Campo Grande: Life, 2018.